

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DOUGLAS SOARES MOTA

**A reprodução do espaço público como negócio: Um estudo sob a
ótica da concessão do Vale do Anhangabaú**

São Paulo

2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

DOUGLAS SOARES MOTA

**A reprodução do espaço público como negócio: Um estudo sob a
ótica da concessão do Vale do Anhangabaú**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Urbana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rita de Cássia Ariza
Cruz

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

À minha mãe, Lanaura, que debaixo de muito sol, pavimentou um caminho de sombra para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família por toda a compreensão e acolhimento ao longo dos últimos anos, sobretudo a minha mãe Lanaura e minhas tias Mônica e Ana Paula por embarcarem comigo nesta jornada e por, mesmo de longe, não deixarem faltar incentivo um dia sequer. Sem elas nada disso seria possível.

Agradeço aos meus companheiros de graduação que tornaram os anos de curso mais leves e divertidos mas também por me oferecerem acolhimento diante dos momentos de desespero e incertezas. Também aos meus amigos de longa data por toda a compreensão e paciência durante minha ausência e por não desacreditarem de mim até mesmo quando eu desacreditei, a estes, tenho o orgulho de nomear um a um: Bruno Latanze, Esther Araújo e Renata Costa, sem eles, também, talvez eu não estivesse finalizando este ciclo.

Agradeço a minha terapeuta, Gabriele, por todo o suporte ao longo dos anos, por me ajudar a enxergar meu potencial e me incentivar a continuar mesmo quando eu olhava para o futuro com descrença.

Agradeço também a todos os professores do Departamento de Geografia que tive contato e que somaram para a minha formação como geógrafo e ser humano, em especial agradeço à minha orientadora Rita de Cassia Ariza Cruz, por toda a paciência e pela condução cuidadosa que me trouxe até este momento tão significativo da minha vida.

Por fim, agradeço a Deus por me permitir viver esse momento tão significativo da minha vida.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo explicitar os processos por trás da reprodução dos espaços públicos como negócio, usando como objeto de estudo o Vale do Anhangabaú a partir da sua concessão à iniciativa privada. Para isso, foi necessária uma revisão bibliográfica revisitando alguns dos principais períodos da história da cidade de São Paulo, incluindo o centro e o Vale do Anhangabaú, desde sua fundação e aspectos naturais, até os tempos presentes com a concessão. Também é objetivo da pesquisa evidenciar alguns dos processos que foram desencadeados a partir da concessão da área.

Palavras-chave: Vale do Anhangabaú; Concessão; Reprodução do Espaço; Gentrificação; Requalificação.

ABSTRACT

The present study aims to elucidate the processes behind the reproduction of public spaces as a business, using the Anhangabaú Valley as the object of study, focusing on its concession to the private sector. To this end, a bibliographic review was conducted, revisiting some of the main periods in the history of São Paulo, including the city center and the Anhangabaú Valley, from its founding and natural characteristics to the present day with the concession. Another objective of the research is to highlight some of the processes triggered by the area's concession.

Key-words: Vale do Anhangabaú; Concession; Space Reproduction; Gentrification, Requalification

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Perfil topográfico da área central de São Paulo e seção geológica A-B – 18	
Figura 2- Fragmento da maquete da área central da cidade de São Paulo no século XVI	19
Figura 3 - Vale do Anhangabaú em 1890, quando a região ainda tinha plantações de chá.	20
Figura 4 -Pátio da Estação da Luz nos anos 1860/70. À direita, a rua Mauá; à esquerda, o Jardim da Luz.	21
Figura 5 - Fachada da Faculdade de Direito, 1862	23
Figura 6 - Litografia de Jules Martin que ilustrava o convite para a inauguração do viaduto.....	25
Figura 7 - Viaduto do Chá em 1884.	25
Figura 8 - Construções consolidadas em volta ao Vale do Anhangabaú.....	26
Figura 9 - Teatro São José (à esquerda) e Theatro Municipal (à direita) entre o Viaduto do Chá (ao centro)	30
Figura 10 -Noite de Inauguração, em 12 de setembro de 1911. Com uma multidão aguardando a abertura das portas, a data marcou também o primeiro congestionamento da cidade de São Paulo	31
Figura 11 - Imagem das ruas Barão de Itapetininga e Conselheiro Crispiniano com a escadaria do Theatro Municipal. Foto tirada por volta do ano 1912.....	31
Figura 12 - Parque do Anhangabaú quase finalizado.....	33
Figura 13 -Em 1927, a imagem a partir do Teatro Municipal mostra o vale como um parque	33
Figura 14 - Vale do Anhangabaú. À esquerda, Edifício Martinelli, em construção; à direita Edifício Sampaio Moreira; e ao centro os Palacetes Prates.	36
Figura 15 - Perspectiva da proposta para o Vale no Plano de Avenidas.	37
Figura 16 - Esquema teórico do Plano de Avenidas de Prestes Maia.	38
Figura 17 - Vista do novo viaduto do Chá	39
Figura 18- Vale do Anhangabaú nos anos 50.....	40
Figura 19 - Avenida Anhangabaú em 1956	40
Figura 20 - Prancha do projeto vencedor, contendo o resumo das propostas.	44
Figura 21- Prancha do projeto vencedor	45
Figura 22- Fotografia tomada a partir do Viaduto Santa Efigênia em 1991.....	46

Figura 23 - Fotografia tomada a partir do vale do Anhangabaú com o Viaduto do Chá ao fundo, em janeiro de 1992.....	46
Figura 24 - O Anhangabaú, visto a partir do Viaduto Santa Ifigênia, antes da reforma que “tampou” o restante do túnel.	47
Figura 25 - Vista aérea do Vale do Anhangabaú.	47
Figura 26 - Esquema dos desafios do Vale no Anhangabaú.....	51
Figura 27 - Esquema dos desafios do Vale no Anhangabaú.....	51
Figura 28- Ilustração dos usos previstos para o novo Vale do Anhangabaú	55
Figura 29 - Perspectiva geral do projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú.	55
Figura 30 -Prefeitura paulistana retira piso do Vale do Anhangabaú.....	57
Figura 31 - Vale do Anhangabaú ainda em obras no mês de outubro de 2020, na data em que a Prefeitura de São Paulo pretendia reinaugar a área.	57
Figura 32 - Perspectiva dos quiosques.	59
Figura 33 - Espaço sombreado e presença das marquises verdes.....	59
Figura 34 - Vale do Anhangabaú é inaugurado no dia 25 de julho de 2021.	62
Figura 35 - Vale do Anhangabaú é inaugurado no dia 25 de julho de 2021.	63
Figura 36 - Banner do Projeto Reabertura do Vale do Anhangabaú com programação cultural.....	63
Figura 37 - Perspectiva aérea do Vale do Anhangabaú após reabertura	64
Figura 38 - Vista aérea do Festival MITA no Vale do Anhangabaú.....	66
Figura 39 - Lineup do Festival MITA no Vale do Anhangabaú.	67
Figura 40- Valores do Ingressos do Festival MITA.	68
Figura 41 - Público acompanhando o festival MITA do lado de fora.....	68

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Fragmento do Mapa da Geomorfologia Pré-urbana da Bacia Hidrográfica do Rio Tamanduateí. Adaptado	17
Mapa 2 - Área Urbanizada de 1930 a 1949.	42
Mapa 3 - Área Urbanizada de 1950 a 1962.	42
Mapa 6 - Mapa consensual dos principais elementos a serem introduzidos no Vale do Anhangabaú	52
Mapa 7 - Área de Concessão e principais referências	61
Mapa 8 - Mapa do Festival MITA no Vale do Anhangabaú	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- População e crescimento populacional em cidades selecionadas durante o período colonial até a república.....	22
Tabela 2 - Crescimento das indústrias no decorrer do século XIX no Estado de São Paulo	28
Tabela 3 - Propostas de melhorias para o Vale do Anhangabaú	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – VALE DO ANHANGABAÚ: DE SEUS ASPECTOS NATURAIS À SUAS OCUPAÇÕES	17
1.1 Origem e Primeiras Ocupações	17
1.2 Desenvolvimento de São Paulo e primeiras Intervenções no Vale do Anhangabaú	21
CAPÍTULO 2 – URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO E PRIMEIRAS INTERVENÇÕES NO VALE DO ANHANGABAÚ	27
2.1 – A urbanização de São Paulo e o Parque Anhangabaú	27
2.2 – O plano de avenidas e a remodelação do Vale do Anhangabaú	34
CAPÍTULO 3 – O VALE RECENTE: DA DESVALORIZAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO À REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO	41
3.1 – A reurbanização do Vale do Anhangabaú a partir da laje de Jorge Wilhelm e Rosa Kliass.....	41
3.2 – O projeto de requalificação do Vale do Anhangabaú para a concessão à iniciativa privada	49
CAPÍTULO 4 – A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO DO VALE DO ANHANGABAÚ COMO NEGÓCIO	56
4.1 – As obras de requalificação e a concessão do Vale para a iniciativa privada	56
4.2 – O Vale para quem?	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

INTRODUÇÃO

O Vale do Anhangabaú localiza-se no centro da cidade de São Paulo, entre o centro histórico (distrito da Sé) e o centro novo (distrito da República/Luz). A região do interflúvio Anhangabaú-Tamanduateí foi ocupada, em primeiro momento, por índios Guaianazes, os quais aproveitavam as cheias dos rios para coletar peixes que ficavam encalhados para se alimentar. Foi também o local da fundação do núcleo urbano de São Paulo em meados do século XVI por padres jesuítas e em seguida passou a ser ocupado por senhores de engenho com plantações e café.

Com o crescimento de São Paulo no séc. XIX, impulsionado pelo café e pela chegada da ferrovia, o Vale do Anhangabaú começou a passar por um profundo processo de transformação. Em 1877, a construção do Viaduto do Chá, que liga o centro velho ao centro novo de São Paulo, marcou um momento importante de integração urbana. O viaduto, idealizado pelo engenheiro Jules Martin, foi financiado pelo comerciante Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

No início do século XX, o Vale do Anhangabaú já se configurava como importante vetor de desenvolvimento para a cidade de São Paulo, atraindo a atenção do poder público e privado. Com isso, o vale passou por diversas reformas para se adaptar ao crescente tráfego urbano e as necessidades da população urbana. Na década de 1910 a prefeitura de São Paulo decidiu canalizar o Rio Anhangabaú e urbanizar toda a região, com a intenção de transformar em um jardim público e aberto como os dos parques europeus da época. Nas décadas seguintes (30 e 40), o Vale do Anhangabaú passou por novas interferências urbanas, incluindo as construções de avenidas e tuneis que atravessavam a área do Vale do Anhangabaú, além da chegada do metrô anos depois.

Com o crescimento desenfreado de São Paulo, o Vale do Anhangabaú não passou despercebido pelas diversas mudanças urbanísticas e arquitetônicas que foram orientadas, sobretudo, pelas necessidades do capital vigente e precisou ser adaptado para suprir as necessidades urbanas da época, adaptações essas que perduram até hoje, devido seu caráter central na cidade. Como Afirma Santos (2006)

A cidade efetiva seus momentos de inserção na lógica da reprodução capitalista exercendo papéis que se diferenciam de acordo com as características do tipo de acumulação que se dá, predominantemente,

num determinado momento e extensão das forças produtivas nas sociedades contemporâneas. Ela atende, a cada transformação em seu significado para os processos de valorização, a uma série de demandas sociais elaboradas no interior de uma potente lógica voltada à acumulação (Santos, 2006, p. 102)

Inserido no “coração” da maior metrópole da América do Sul, o Vale do Anhangabaú acaba detendo um espaço de muito destaque no cotidiano da cidade, ocupando, também, um local de destaque no modo de acumulação capitalista, sendo um retrato de como o capital tem se reproduzido no meio das políticas urbanas das cidades. É neste sentido que o presente trabalho busca analisar os processos que transformaram e inseriram o Vale na dinâmica atual do modo de produção capitalista por meio das parcerias entre os poderes público e privado. Segundo Lefebvre:

Ora o Estado, ora a empresa, ora os dois (rivals, concorrentes, mas que muitas vezes associam) tendem a se apoderar das funções, atributos, prerrogativas da sociedade urbana. Em certos países capitalistas, o que é que a empresa “privada” deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos “públicos” a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso? (LEFEBVRE, 2001, p. 84)

O projeto responsável por transformar e conceder o Vale do Anhangabaú tal como o vemos hoje teve seus estudos iniciados em 2007 pelo escritório dinamarquês Gehl Architects e fez parte da ação conduzida pela Secretaria do Governo Municipal com a SP Parcerias, criada em 2007 pelo prefeito Gilberto Kassab, sendo responsável por modelar e estruturar projetos de concessão e parcerias público-privadas para viabilizar o Plano Municipal de Desestatização (PMD). Em abril de 2013, o mesmo escritório foi convidado para realizar estudos sobre as precariedades e potencialidades da região central, agora solicitado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SMDU), dando início ao projeto “Centro, Diálogo Aberto”. De acordo com Tina (2022) O papel do escritório dinamarquês era facilitar o processo de diálogo para o desenvolvimento do projeto e design do Vale do Anhangabaú a partir da realização de diálogos abertos, *workshops* e pesquisas sobre a relação da população com o espaço público com agentes urbanos, universidades locais, ONGs e representantes da comunidade civil.

O projeto gerou contradições e descontentamento entre o escritório de arquitetura responsável pelo projeto e por membros da sociedade civil que fazem o uso do Vale do Anhangabaú. Se de um lado temos a dinâmica difundida pelo escritório durante o projeto é a do “diálogo aberto” para requalificar a área do Vale, do outro temos os indivíduos da área que não foram consultados sobre as mudanças, podemos usar como exemplo skatistas, comerciantes locais e ONGs que cuidam da população vulnerável da região.

Mesmo com as críticas e oposição realizadas durante todo o projeto, em julho de 2019, durante a gestão de Bruno Covas (2018-2019) o vale do Anhangabaú foi totalmente fechado, dando início a obras de requalificação da área que, posteriormente seria entregue para à iniciativa privada para que fosse feita sua gestão. O consórcio “Viva o Vale” foi o vencedor do processo de concessão e detém os direitos de exploração da área do Vale do Anhangabaú pelo período compreendido entre 2022 e 2032. O consórcio é liderado pela empresa URBANCOM, focada em desenvolvimento de projetos inovadores de ocupação das cidades, em união e parceria estratégica com a WTorre Entretenimento, empresa com foco em entretenimento e inovação, além de ser atual gestora do Allianz Parque, importante polo do setor de grandes eventos de entretenimento na cidade de São Paulo.

O contrato de concessão, no valor de R\$ 49 milhões, contempla a gestão, manutenção, preservação e ativação sociocultural de toda a área do baixo do Viaduto do Chá, Viaduto Santa Ifigênia, Vale do Anhangabaú, Praça Ramos de Azevedo, trecho da Av. São João, Praça do Correio, escadaria da Rua Dr. Miguel Couto, parte da Avenida São João entre a Avenida Ipiranga e a Rua São Bento, além de 8.730 m² das Galerias Formosa e Prestes Maia e dos 11 quiosques na área central do Vale. A desestatização do Vale do Anhangabaú faz parte da ação conduzida pela Secretaria do Governo Municipal com a SP Parcerias, responsável por modelar e estruturar projetos de concessão e parcerias público-privadas para viabilizar o Plano Municipal de Desestatização (PMD).

A concessão do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, pode ser vista como um exemplo de urbanismo neoliberal, um fenômeno que implica na privatização e mercantilização de espaços públicos. Este modelo de urbanismo está alinhado com princípios neoliberais que promovem a intervenção mínima do Estado na economia, dando a iniciativa privada maior poder para a exploração do espaço. Sob o urbanismo

neoliberal, governos locais frequentemente incentivam a requalificação de áreas urbanas degradadas através de subsídios, isenções fiscais e parcerias público-privadas, visando atrair investimentos e aumentar a arrecadação de impostos. Este processo resulta na valorização imobiliária, na transformação do espaço urbano e na substituição das populações de baixa renda por classes médias e altas. Fazendo assim, com que as populações originárias de determinadas localizações se vejam sem opção, se não partirem para outra localidade.

No Brasil, a adoção de práticas neoliberais no urbanismo tem resultado em uma cidade cada vez mais fragmentada e excludente, onde os interesses do capital imobiliário frequentemente se sobrepõem às necessidades das populações mais vulneráveis. (SOUZA, 2003, p.558)

Outro produto do urbanismo neoliberal é a mercantilização do espaço público para o interesse privado. No urbanismo neoliberal, os espaços públicos passam a ser tratados como *commodities* que podem gerar altos lucros para seu operador. Assim, o espaço passa a receber publicidades de grandes empresas, conceder espaço para que estabelecimentos comerciais se estabeleçam em suas delimitações e a realização de grandes eventos de entretenimento promovidos por grandes produtoras mediante custos para os frequentadores

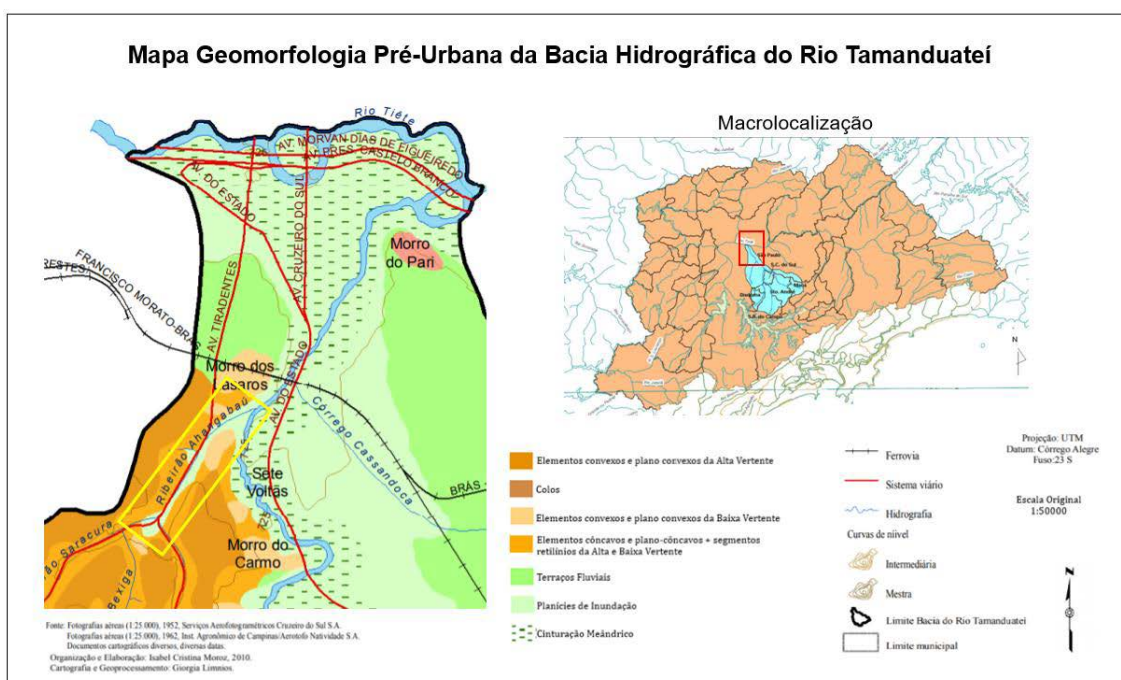
No contexto do Vale, a mercantilização do espaço se torna peça central para compreender este trabalho, tendo em vista que o mesmo parte da análise de festivais de música e outros eventos privados que acontecem ao longo da extensão do Vale e que limitam o acesso apenas para o público pagante, como por exemplo o festival de música internacional MITA (*Music Is the Answer*), que trouxe nomes da música mundialmente conhecidos para cantar em palcos espalhados ao longo da extensão do Vale

Considerando as interferências neoliberais no planejamento urbano de São Paulo, sobretudo na região do Vale do Anhangabaú e todos os processos advindos de tais interferências, a presente pesquisa pretende elucidar, através de uma extensa revisão bibliográfica, os processos em curso no Vale do Anhangabaú após suas obras de readequação e concessão para a iniciativa privada, além disso, evidenciar os impactos destes processos, sobretudo nas populações mais abastadas.

CAPÍTULO 1 – VALE DO ANHANGABAÚ: DE SEUS ASPECTOS NATURAIS À SUAS OCUPAÇÕES

1.1 Origem e Primeiras Ocupações

O Vale do Anhangabaú tem suas origens no Ribeirão do Anhangabaú, que surge como Córrego Saracura, fluindo ao longo da Avenida 9 de Julho antes de adentrar o próprio vale e alcançar a foz no Rio Tamanduateí. Conforme observado no Mapa da Geomorfologia pré-urbana da bacia hidrográfica do rio Tamanduateí, é possível ter a dimensão da localização do Vale do Anhnagabaú desde suas primeiras ocupações, pré-ocupação urbana que viria ocorrer ao longo dos séculos que se sucederiam ao período pré-colonial. Elaborado por Moroz-Caccia (2004) o mapa mostra o encontro do córrego Saracura com o Ribeirão do Anhangabaú.



Mapa 1- Fragmento do Mapa da Geomorfologia Pré-urbana da Bacia Hidrográfica do Rio Tamanduateí. Adaptado

Em azul: Ribeirão Anhangabaú

Fonte: Moroz-Caccia Gouveia, 2010. Adaptado por Tina, 2019

Antes da chegada dos colonos portugueses e seu estabelecimento na região do interflúvio Anhangabaú-Tamanduateí, a área já era ocupada pelos Índios Guaianazes. De acordo com Zagni (2004), apud Moroz-Caccia Gouveia, 2016), o fenômeno das cheias regulares dos rios conformava uma extensa área de várzea a o

longo de seus cursos, fazendo com que muitos peixes encalhassem nas margens dos rios quando a água recuava para seu nível normal.

A importância desse fenômeno natural para a sobrevivência das tribos, ao qual se seguia a atividade de coleta desses mesmos peixes, fez com que a designação dada pelos índios ao território fosse 'Piratininga', que do tupi traduz-se como 'peixe seco' e demonstra o quanto a sobrevivência dessas tribos estava ligada à ocorrência de suas várzeas. A própria designação Tamanduateí faz menção ao mesmo fenômeno, pois muitos tamanduás podiam ser vistos ao longo das margens abandonadas temporariamente pelas águas que retomavam seu nível normal, alimentando-se das formigas que se aglomeravam em torno dos peixes mortos (Zagni, 2004, p. 1-2)

O nome Anhangabaú tem sua origem a partir dos povos indígenas que habitavam na região do mesmo e significa rio de mau espírito, sendo atrelado, provavelmente a qualidade das águas que ali corriam. Vale destacar, também que o Vale do Anhangabaú se caracteriza, originalmente, como uma planície de inundação, sendo, naturalmente, uma região que inunda em períodos de cheias do rio. Essa região tem uma altitude de 720m a 730m e seu entorno apresenta colinas e topos plano-convexos (como observado na figura 1), o que favoreceu a fundação das primeiras ocupações coloniais na região.

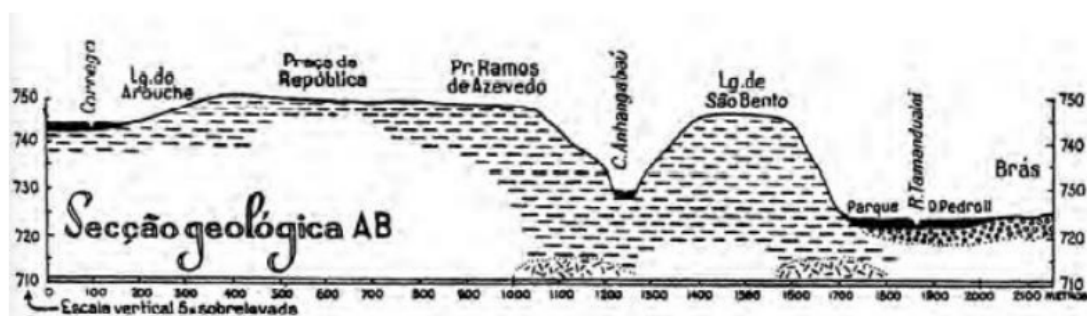


Figura 1 - Perfil topográfico da área central de São Paulo e seção geológica A-B –

Perfil topográfico da área central de São Paulo e seção geológica A-B (indicada na planta) - Autor: Ab'Saber (1957, fig. 24). Fonte: Ab'Saber. Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. São Paulo: FFLCH USP, 1957.

O primeiro núcleo urbano de São Paulo veio a se formar em 25 de janeiro de 1554, no encontro dos vales do Tamanduateí e Anhangabaú, no topo da colina do Lg. de São Francisco, conforme na figura 1. Ali se estabeleceu a primeira construção do que viria a ser a cidade de São Paulo, o Pateo do Colégio, local que era usado para a catequização dos povos indígenas da região.

O rio, junto do córrego Anhangabaú, teve suma importância estratégica quando da chegada dos jesuítas no Planalto de Piratininga, uma vez que as relações conflituosas entre religiosos e tribos indígenas hostis podiam ser constatadas pela escolha primeiro da instalação da missão jesuíta em uma cota topográfica superior, o que possibilitava a observação da movimentação de tribos em evolução de um possível ataque, e desta forma a disposição do curso tanto do Tamanduateí como do Anhangabaú, cujo curso serpenteava o planalto, constituía um obstáculo natural de difícil transposição para tribos mobilizadas ao ataque, dando aos religiosos, assistidos por índios convertidos, tempo para se disporem defensivamente, no que eram auxiliados por um muro que cercava a missão, dando-lhe o aspecto de fortificação militar. (Zagni, 2004, p.2).

A Figura 2 a seguir retrata a área central da cidade de São Paulo. Assinada por Laurindo Galante, a maquete mostra o que seria a área do centro de São Paulo no século XVI. Observa-se a partir da criação de Laurindo a localização do Pateo do Colégio em cima da colina e, relativamente próximo, podemos observar o Vale do Anhangabaú.



Figura 2- Fragmento da maquete da área central da cidade de São Paulo no século XVI

Autor: Laurindo Galante, 1955.

Apesar de sua proximidade com o marco-zero da cidade de São Paulo, não se sabe ao certo quando a região do Vale do Anhangabaú começou a ser ocupada, mas há registros que já no século XVII, as pessoas já usavam da água do rio para fazer a

higienização de seus objetos pessoais, para lazer e até mesmo para tomar banho. (Moroz-Caccia Gouveia (2016).

A região configurava como uma chácara de propriedade do Barão de Itapetininga, onde os moradores que ali residiam aproveitavam do espaço para fazer o cultivo de chá. O local era comumente chamado de Chácara do Chá pelos moradores e atuava, também como uma barreira natural para o crescimento da cidade, assim a Câmara Municipal de São Paulo pressionou o Barão de Itapetininga a ceder parte de suas terras, que foi posteriormente transformada na primeira rua do Vale, a Rua Formosa, em 1855. Anos depois foi solicitada ao Barão uma nova cessão de parte de suas terras, sendo atendido com uma condição específica, que acabaria respeitada: de que a ele fosse dado o nome de Rua Barão de Itapetininga



Figura 3 - Vale do Anhangabaú em 1890, quando a região ainda tinha plantações de chá.

Fonte: <https://avidanocentro.com.br/cidades/vale-do-anhangabau-historia/>

A região do Vale do Anhangabaú era ainda considerada o “quintal dos fundos” da colina central (Simões Júnior, 2004), visto que a cidade tinha como seu lado mais valorizado o setor leste da colina, onde São Paulo se comunicava com outras localidades, como Santos e o Rio de Janeiro. Com a chegada da ferrovia, os principais

pontos de circulação e comércio começaram aos poucos a serem transferidos da Várzea do Carmo para a região da Luz e, aos poucos, a região do Vale do Anhangabaú começou a ganhar maior importância em um contexto de desenvolvimento da cidade.



Figura 4 -Pátio da Estação da Luz nos anos 1860/70. À direita, a rua Mauá; à esquerda, o Jardim da Luz.

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/l/luz.htm>

1.2 Desenvolvimento de São Paulo e primeiras Intervenções no Vale do Anhangabaú

Segundo Hareñú, “as vertentes Leste e Sul da colina, junto a várzea do Tamanduateí, cumpriram o papel de porta para a cidade” (2007, p.25), além disso, durante os primeiros três séculos desde a fundação do núcleo urbano de São Paulo houve um crescimento pouco notável, fator atribuído, principalmente, por barreiras geográficas. Matos (1955, p.94) afirmava o núcleo urbano de São Paulo não chegaria a 10.000 mil habitantes ao fim da terceira década do século XIX.

A Tabela 1 a seguir abarca dados referentes aos primeiros censos demográficos, o primeiro deles realizado no país ainda no período do Império. Esses dados evidenciam que a cidade de São Paulo passa por um extraordinário crescimento populacional se comparado a outras cidades, sobretudo em comparação

com a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil durante todo o período abarcado na Tabela, como também Salvador, antiga capital.

	População (em milhares)				
	1872	1890	1900	1920	1940
Belém	62	50	97	236	206
Recife	116	112	113	240	348
Salvador	129	174	206	280	290
Rio de Janeiro	275	523	811	1.158	1.764
Belo Horizonte	-	-	13	56	214
São Paulo	32	65	240	579	1.330
Porto Alegre	44	52	74	179	272

Tabela 1- População e crescimento populacional em cidades selecionadas durante o período colonial até a república

Fonte: Fernandes e Negreiros (2004)

Durante a primeira metade do século XIX, São Paulo era considerada uma região de enorme importância para as atividades comerciais, mantendo contato com o porto de Santos e com atividades agrícolas do interior do estado

São Paulo era uma espécie de entreposto comercial, que mantinha contacto permanente com o porto de Santos e com a zona agrícola do interior, onde prosperava a lavoura canavieira e tinha início a expansão do café, no vale do Paraíba. (Matos, 1955, p99)

Segundo Matos (1955) a cidade ainda era fechada e voltada para si mesma, resultado do seu isolamento no planalto. Tal realidade passa a ser modificada a partir da criação da Academia e de Direito do Largo do São Francisco, no final da década de 1820, fazendo com que pessoas de todo o país buscassem a cidade para estudar na recém-criada instituição de ensino superior, transformando São Paulo em uma cidade acadêmica e marcando profundamente a vida paulistana e sua evolução urbana (Matos, 1955, p. 102).



Figura 5 - Fachada da Faculdade de Direito, 1862. (Militão Augusto de Azevedo; Álbum comparativo de São Paulo)

Fonte: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/egas/nas-arcadas/>

Além da instauração da Academia de Direito, a produção cafeeira no estado e a instauração de novas ferrovias foram cruciais para o crescimento e desenvolvimento da cidade de São Paulo tendo em vista que o fluxo de comércio por meio das ferrovias se tornavam mais intensos, como também os fluxos migratórios de diversas partes do país para a cidade. Este período foi dado por historiadores como a segunda fundação de São Paulo (Emplasa, 2011, p. 50 apud Moroz Caccia-Gouveia, 2016; Hereñú, 2007, p.23; De Paula apud Matos, 1955, p.106).

Segundo Hareñú (2017), o Vale do Anhnagabaú foi classificado de diferentes formas ao longo do tempo, sendo visto como: barreira, lugar, passagem, conflito, resíduo e desafio. Com o crescimento de São Paulo a partir dos fatores citados acima a região foi classificada pelo autor como uma barreira para o desenvolvimento que estava acontecendo na região central da cidade, tendo que ser feitas intervenções no intuito de superar as características naturais do Vale para que a cidade continuasse em seu ritmo de expansão.

A presença das ferrovias chegando em São Paulo através da estação da luz aquecendo a economia e a população foram decisivos para que São Paulo crescesse para demais direções além do centro histórico.

[...] o setor de expansão oeste deveria se tornar um centro multifuncional e a presença da ferrovia e da Estação da Luz permitiram sua expansão para outras direções além do Triângulo Histórico, além Tietê, como Brás, Mooca, Belenzinho e, também além Anhangabaú, como Campos Elíseos, Santa Cecília, Consolação. (Tina, 2019, p.30)

Nesse sentido o Vale do Anhangabaú atuava como uma barreira física para a expansão da cidade, impedindo a ligação entre a “cidade antiga” sobre a colina e a “cidade nova” próxima a estação da Luz (Tina, 2019 p.30). Assim, a fim de superar esta barreira e após alguns projetos serem apresentados, foi decidido em 1892, que um viaduto seria construído no Vale do Anhnagabaú, o que viria a ser o Viaduto do Chá de Jules Martins, que foi responsável pela circulação entre os novos bairros que eram formados na cidade. Assim, o Vale do Anhangabaú deixava de ser um obstáculo para o crescente desenvolvimento de São Paulo:

[...] a existência do Viaduto veio tornar possível a comunicação em nível entre o centro da cidade e o bairro do Chá. Esta construção, aparentemente óbvia, foi revolucionária para a época. Afinal de contas este era o primeiro viaduto construído na cidade, e com ele, muitos dos trajetos urbanos seriam imensamente facilitados, pois não se precisaria mais subir e descer as encostas do vale para atravessá-lo [...] (Simões Jr. 1995, apud Hereñú 2007, p. 43)

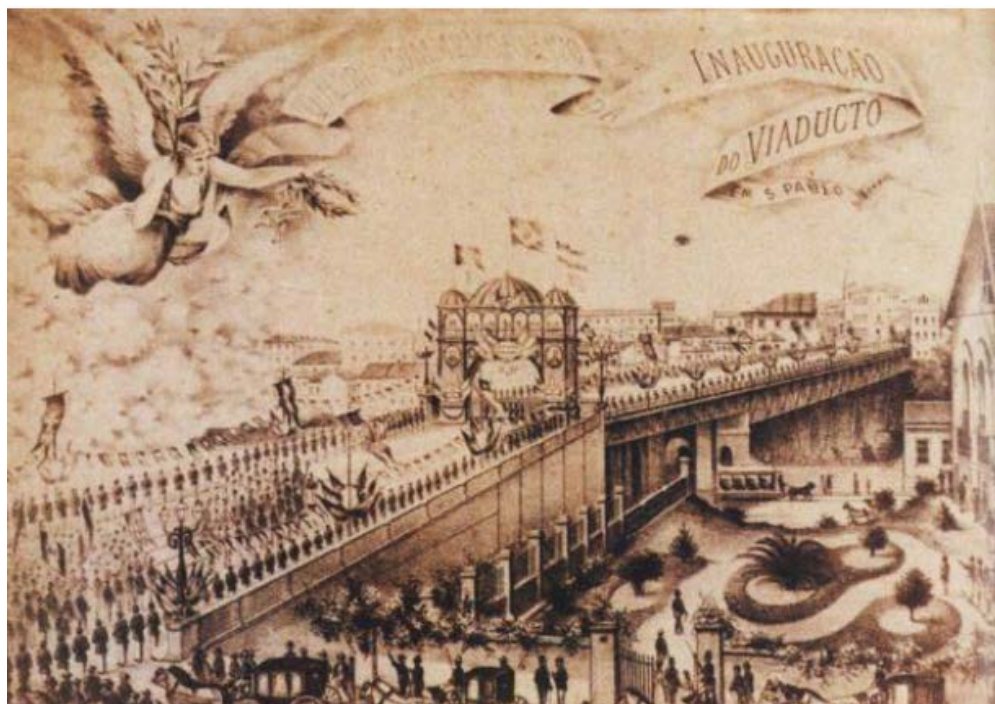


Figura 6 - Litografia de Jules Martin que ilustrava o convite para a inauguração do viaduto

Fonte: TOLEDO, 1989, p.45.



Figura 7 - Viaduto do Chá em 1884.

Fonte: <https://www.mexidodeideias.com.br/mundo-do-cafe/viaduto-do-cha-as-origens-da-bebida-no-centro-paulistano/>

Além da construção do viaduto do chá, outras intervenções foram necessárias na região do Vale do Anhangabaú. Vale lembrar que a região é, naturalmente, alagável durante as cheias. Com a rápida expansão da cidade, especialmente no final do

século XIX e no começo do século XX, tornou-se imperativo controlar o curso d'água, tanto para prevenir enchentes quanto para melhorar as condições sanitárias. Nesse sentido, as autoridades municipais decidiram entubar o ribeirão do Anhangabaú e cobrir o vale, criando espaço para o desenvolvimento urbano.

As águas do Anhangabaú, desde tempos remotos utilizadas como local de despejo de dejetos, pareciam, enfim, livres da “contaminação”. Não demoraria muito para que o mesmo Anhangabaú se tornasse um marco referencial da divisão entre a cidade velha e a nova [...]. E não demoraria muito, também para vários abaixo-assinados de moradores das imediações desse córrego pedissem providências para combater o mau estado [...], o que demonstra a persistência do antigo problema da insalubridade de suas águas. Em 1882, foi feito um orçamento para cobrir o Anhangabaú com tijolos[...]. Para alívio de uns e preocupação de outros, o Anhangabaú acabou sendo coberto, dando lugar a inúmeras disputas pelo terreno que o escondeu no subterrâneo, graças à canalização. (Sant'Anna, 2007, p.143-144).

Após as intervenções promovidas no Vale do Anhnagabaú, a região passou da condição de um problema a ser superado para um vetor de desenvolvimento da cidade, onde uma série de construções foram ganhando forma em volta do que antes era uma área alagadiça e considerada, praticamente, impossível de ser habitada.



Figura 8 - Construções consolidadas em volta ao Vale do Anhnagabaú.

Fonte: TOLEDO, 1996, p. 1

CAPÍTULO 2 – URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO E PRIMEIRAS INTERVENÇÕES NO VALE DO ANHANGABAÚ

2.1 – A urbanização de São Paulo e o Parque Anhnagabaú

A expansão da economia cafeeira em São Paulo fez com que grandes fazendeiros passassem a ter novas necessidades. De acordo com Mamigonian (1974), “à medida que enriqueciam passavam a residir nas cidades, em grande parte pela mentalidade consumidora”. Não à toa, em meados da década de 1880 a cidade de São Paulo foi nomeada como “capital dos fazendeiros” (Mamigonian, 1974). Neste sentido, a cidade passava a ser associada ao progresso, prestígio e ao que de mais moderno havia. Até os anos 1920, a elite paulistana vivia como se estivesse em Paris (Damiani, 2000, p.22-23), assim despertando o interesse dos mais afortunados da região, atraindo-os para a cidade, a fim de estabelecerem suas moradias.

Ao longo da primeira metade do século XX, São Paulo tornou-se um importante centro comercial e de desenvolvimento de novas atividades econômicas, sobretudo o desenvolvimento de atividades industriais, iniciadas no final do século XIX. É nesse contexto, que nasceram os bairros industriais e operários, com fábricas de grande porte, sobretudo na indústria têxtil. Para Petrone (1953, p.27) os primórdios da urbanização de São Paulo ocorreram entre a década de 1880 e os anos da 1ª Guerra Mundial, juntamente com a fase de grandes fluxos migratórios da Itália para o Brasil. De acordo com o autor:

A abolição da escravidão em 1888, que afetou extraordinariamente a estrutura econômica de quase todas as outras regiões do Brasil, praticamente não alterou o ritmo normal da evolução econômica planaltina. O imigrante supriu com perfeição as necessidades dos fazendeiros de café e o trabalho livre possibilitou uma distribuição melhor de riquezas. Houve, em consequência, maior movimento de capital. Essa metamorfose da economia planaltina completou-se com a formação de um mercado consumidor, que até então não existia. [...] Foram esses, portanto, os fatores que condicionaram o primeiro surto industrial no Estado de São Paulo e, particularmente, na capital (Petrone, 1953, p.28).

A tabela abaixo nos ilustra com maior clareza o aumento significativo das atividades industriais em São Paulo através do salto no número de fábricas que se instauraram na cidade ao longo dos anos.

<i>Ano da fundação</i>	<i>N.º de fábricas</i>
Antes de 1880	16
De 1880 a 1889	16
De 1890 a 1894	21
De 1895 a 1901	39
Total	<hr/> 100

Tabela 2 - Crescimento das indústrias no decorrer do século XIX no Estado de São Paulo

Fonte: Bandeira Júnior (1901).

O crescimento urbano durante esse período foi notável. Conforme aponta Reis Filho (2004), a população da cidade era de cerca de 65.000 habitantes em 1890, mas chegou a 1.060.120 habitantes em 1935, uma proporção que a colocava no mesmo patamar de muitas das principais cidades da Europa

Segundo Reis Filho (2004) o cenário econômico de São Paulo se transformou de comércio e produção agrícola para uma produção industrial, passando a ser um grande polo de produção e distribuição, isso graças ao seu sistema de ferroviários, além disso, os serviços públicos também tiveram um grande impulso na época

[...]A importância desses serviços públicos não era apenas a da presença de suas sedes e edificações em vários pontos das cidades, mas também a da presença de um serviço permanente de comunicações, que mantinha a cidade articulada com todos os estados do país e com o exterior. (REIS FILHO, 2004, p. 145-150).

A ocupação urbana de São Paulo no século XIX, já caracterizada pela falta de regulamentação e sem qualquer tipo de supervisão ou apoio do poder público, com exceção dos bairros residenciais voltados à elite, tornou-se ainda mais desigual com o aquecimento do mercado imobiliário e o crescimento populacional. Esse aumento populacional foi impulsionado pela chegada de imigrantes europeus, a população recém libertada da escravidão, e, mais a frente, de trabalhadores fabris. A incapacidade dos serviços públicos de acompanhar o desenvolvimento dos novos bairros resultou em condições precárias de moradia, saneamento, abastecimento de água e transporte, especialmente para a população de baixa renda. (Tina, 2022)

Nesse contexto dá-se o surgimento das moradias comunitárias, ou também chamada de cortiços. Moradias de grande densidade populacional, onde muitos moradores dividem áreas comuns. Este tipo de moradia se estabeleceu, segundo Bonduki (2013), em um primeiro momento em bairros ocupados, majoritariamente, pela população operária, mas passando a ocupar também os bairros onde os mais afortunados da cidade se estabeleciam, gerando assim, um sentimento de descontentamento da elite paulistana que não se acostumara com a ideia de dividir seu espaço com pessoas de menor poder aquisitivo.

Um exemplo dessa proximidade é o bairro de Santa Ifigênia, onde no final do século XIX existiam sessenta cortiços acerca de trezentos metros do então nobres Campos Elíseos: “mesmo nos arrabaldes mais ricos e luxuosos, encontram-se casas com quatro ou mais famílias (Bonduki, 2013, p.50).

Segundo Tina (2019) o estabelecimento das moradias populares próximo as zonas nobres da cidade causaram revoltas por parte da elite que, por sua vez, não admitia dividir o espaço com famílias menos afortunadas que, em grandes casos, eram até mesmo seus empregados. Assim, no fim século XIX, ocorrem reformas urbanas em São Paulo com o objetivo de afastar e expulsar a população pobre da região central para as periferias da cidade, utilizando-se do discurso de modernização e padronização da cidade.

Esse discurso promovido pela administração pública, a fim de afastar a população pobre das áreas centrais da cidade foi consolidado através do Código de Posturas (1886) que, por sua vez refletia as preocupações e os valores da elite paulistana à época, como aponta Alvarez (2018). Instituído em um período de grandes transformações urbanas e sociais, o Código de Postura buscava organizar a vida pública, promover a higiene e o controle social, em consonância com as ideias de modernização que eram difundidos na época. Esse código regulava, além comportamentos, o uso de espaços públicos e atividades comerciais. Foi através da consolidação do código que a dispersão das populações que ali residiam menos afortunadas começou do centro para as periferias.

[...] indicou os parâmetros urbanísticos e as políticas de incentivo que deveriam ser adotados na construção das vilas operárias, e que o ideal seria construí-las num raio de 10 a 15 km da cidade de São Paulo, com a implantação de ferrovias que permitissem o trajeto entre a cidade (o local de trabalho) e a moradia (Alvarez, 2018, p.69).

Com a expulsão da população mais abastada das áreas centrais para as periferias da cidade, houve um enorme esforço da elite para mudar a imagem da cidade, a fim de superar o passado colonial e estabelecer a imagem de progresso e prosperidade. Neste sentido, uma série de novas construções passaram a ser erguidas na cidade na intenção de “repaginar” a identidade da cidade. É neste contexto que grandes influências arquitetônicas são importadas para São Paulo, sendo um exemplo disso a construção do Theatro Municipal de São Paulo em 1911, que, segundo Tina (2022) mostra com clareza a influência arquitetônica europeia em sua grandiosidade construtiva, diferenciando-se, assim, das demais edificações que já ocupavam o espaço.



Figura 9 - Teatro São José (à esquerda) e Theatro Municipal (à direita) entre o Viaduto do Chá (ao centro)

Fonte: Toledo, 1989, p.57.



Figura 10 -Noite de Inauguração, em 12 de setembro de 1911. Com uma multidão aguardando a abertura das portas, a data marcou também o primeiro congestionamento da cidade de São Paulo.

Fonte: Acervo Theatro Municipal de São Paulo.



Figura 11 - Imagem das ruas Barão de Itapetininga e Conselheiro Crispiniano com a escadaria do Theatro Municipal. Foto tirada por volta do ano 1912. Fonte: Acervo Theatro Municipal de São Paulo.

Em meio às reformas promovidas, tanto pelo poder público, quanto pelo setor privado na cidade de São Paulo, o vale do Anhangabaú passou a ser uma questão a ser resolvida em meio à onda de modernização que ocorria na época, uma vez que era necessário pensar em como o local que, até outrora atuava como barreira geográfica e, até mesmo como local para lazer e necessidades da população mais abastada da cidade que estava em desenvolvimento.

Nesse sentido, pode-se dizer que a questão que norteava o Vale do Anhangabaú, no sentido de um incômodo para os detentores de capital com relação a sua função e fisionomia foi sendo contornada pela urbanização, mas o Vale propriamente teria se tornado “um grande vazio” (Tina, 2019, p.42)

Com as intensas mudanças na cidade ocorridas no século XIX, ocupar o “grande vazio” do vale se tornava questão central entre os governantes e os membros da elite cafeeira, desta forma, a época foi marcada, também, por projetos de intervenções no Vale de Anhangabaú. Vale destacar que a região era visada por agentes públicos e privados pelo seu potencial de valorização imobiliária, uma vez que se encontrava no centro da cidade. (Tina, 2022, p. 43)

Em meio aos conflitos de interesse, a solução encontrada para o vale veio a partir do projeto do arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard, em 1911, eleito pela gestão de Raimundo Duprat como prioritário nas intervenções da região, as obras no vale iniciaram no mesmo ano (Hereñú, 2007, p.105), sendo finalizadas no início da década de 1920, após uma série de demolições de edificações já existentes e alterações significativas no terreno. O novo Anhangabaú simbolizou o auge da representação urbana da elite industrial não-rural. Segundo Tina (2022) esplendor da “capital do café” estava cristalizado.

No projeto de Bouvard, o Parque Anhangabaú era compreendido como um pequeno espaço livre configurado por um conjunto articulado de edificações [...] A via central apresentava um desenho sinuoso, com ‘traçado artístico’, e o desenho dos jardins criava um cenário de contemplação, para ser observado da ‘cidade alta’. [...] Fotografias do período permitem dimensionar o vulto da obra que resultou no Parque Anhangabaú de Bouvard. Tudo é novo, tudo é construído: a topografia, os edifícios junto à Libero Badaró, a vegetação, as vias de circulação. A escala desse empreendimento era inédita para os padrões paulistanos (Hereñú, 2007, p. 105).



Figura 12 - Parque do Anhangabaú quase finalizado. Fonte: Hereñú (2007)



Os jardins do Anhangabaú e o viaduto do Chá (c. 1927), com os palacetes Prates e o edifício Sampaio Moreira

Figura 13 -Em 1927, a imagem a partir do Teatro Municipal mostra o vale como um parque. Fonte:
<https://avidanocentro.com.br/cidades/vale-do-anhangabau-historia/>

Podemos dizer, então, que a região do Vale do Anhnagabaú, desde as suas primeiras ocupações no período colonial, foi centro de discussões, a princípio do poder público e, a posteriori da elite cafeeira que passava a ocupar a cidade. Assim, mediante ao exposto ao longo dos últimos parágrafos, fica claro o interesse cada vez maior da elite de tornar a cidade um local de si e para os seus e isso tendo total legitimidade do poder público.

Assim, fica evidente o processo dicotômico no estabelecimento da cidade e, sobretudo aos arredores do Vale do Anhangabaú. Se de um lado temos os enormes esforços para a modernização da cidade, sendo investidas enormes quantias de capital em obras grandiosas, saneamento, viadutos e no parque idealizado por Bouvard, do outro lado temos políticas higienistas com o intuito de afastar a população menos abastada do centro para zonas periféricas, transformando, assim, a região totalmente excludente e inacessível para aqueles que não faziam parte da elite.

2.2 – O plano de avenidas e a remodelação do Vale do Anhnagabaú

Ao longo do século XX, a população da cidade de São Paulo crescia exacerbadamente, chegando a mais de 1,4 milhão de habitantes na década de 1940. Esse crescimento populacional da cidade foi um dos impulsos para que a urbanização da cidade ocorresse em ritmo acelerado, fazendo com que a mancha urbana se expandisse em novas direções.

Para Petrone (1953, p.30) os acontecimentos mundiais que aconteceram na primeira metade do século XX repercutiram no desenvolvimento da cidade. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Crise de 1929, que refletiu no Brasil com a crise do café, responsável pela economia agrária do país, e a Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, há uma retomada do desenvolvimento industrial. Portanto, o pós-guerra alavancou os investimentos públicos na cidade, voltando-os para obras de infraestrutura, de transporte e geração de energia. Neste sentido, São Paulo já não era mais a “capital cafeeira” como antes conhecida por abrigar a elite do café, “uma vez que, ao findar a terceira década do presente século [século XX], São Paulo aparecia como o maior centro industrial da América do Sul” (Petrone, 1955, p. 128).

A industrialização e a urbanização que ocorriam concomitantes na cidade de São Paulo eram responsáveis por mudar os modelos de acumulação de capital e atenuar os problemas de habitação já existentes, também foram responsáveis por transformar a paisagem da cidade, sobretudo na região central, ponto chave para esta discussão, que sofreu um aumento na valorização imobiliária, fazendo com que em poucos anos, as chácaras da elite cafeeira que até então ali residia fossem loteadas e transformadas em zona urbana, o que acarretou em uma intensa produção habitacional realizada pela iniciativa privada para locação (Bonduki, 1994, p.713).

Já a elite que ali residia se deslocava para novas áreas nobres que começavam a surgir na cidade, na tentativa de se afastar do caos que as indústrias promoviam no centro. A população de menor renda sofreu com a especulação imobiliária crescente na época, passando a ocupar cada vez mais as regiões mais afastadas do centro que, por sua vez, era onde ficavam os postos de trabalhos.

Ao passo que a industrialização e a urbanização aconteciam na cidade, a remodelação de São Paulo se debruçava em outros valores estéticos. Se em um primeiro momento tivemos a região central da cidade como um local de moradia e lazer para a elite cafeeira, agora temos a cidade assumindo uma nova cara, deixando de lado os valores estéticos da época para dar espaço a novas construções, como as já ditas indústrias, comércios e edificações com um número maior de pavimentos. Campos (2004) afirma que as pressões de crescimento, exacerbadas pela industrialização, esgotaram os modelos urbanísticos da Primeira República.

Nesse sentido, o Vale do Anhangabaú vai sendo ocupado pelas novas necessidades do capital, se adaptando as novas dinâmicas de lucro que, por sua vez, demandavam mais rapidez e funcionalidade. Assim, o Parque Anhangabaú já não se enquadrava nos novos ideais de progresso que eram propagados pelas novas dinâmicas do capital. Para Hareñú (2007) a representação de modernidade que o Parque Anhangabaú simbolizava foi sendo substituída pelas novas ideias de progresso que se impuseram: o automóvel, as avenidas e o arranha-céu, tanto que, é neste contexto que se dá a construção do primeiro arranha-céu da cidade, o edifício Martineli que, por sua vez, se localiza no centro, próximo ao Vale do Anhangabaú.



Figura 14 - Vale do Anhangabaú. À esquerda, Edifício Martinelli, em construção; à direita Edifício Sampaio Moreira; e ao centro os Palacetes Prates.

Fonte: Vale do Anhangabaú, São Paulo, 1927

Com a industrialização da cidade à pleno vapor e o aumento exponencial da população, sobretudo de trabalhadores, era necessário criar uma ligação entre os funcionários das indústrias que residiam em zonas periféricas até as zonas mais centrais da cidade, Segundo Reis e Filho (2004) até meados dos anos 50, o comércio estava todo localizado na área central, os restaurantes também ficavam no centro. Ainda segundo o autor, a ocupação das áreas mais afastadas do centro dependia de uma conexão efetiva. Nesse sentido, o aparecimento do ônibus e o incentivo para o uso dos carros individuais foram de suma importância para as mudanças que ocorreram diretamente na área do Vale.

Era a época dos primeiros planos rodoviários, que ligavam a cidade de São Paulo com rodovias modernas e pavimentadas às várias regiões do Estado e a seguir às outras regiões do País” (REIS FILHO, 2004, p. 190).

É neste contexto que é elaborado o Plano de Avenidas, idealizado pelo engenheiro João Florence Ulhôa Cintra na década de 1920 e desenvolvido posteriormente pelo arquiteto Francisco Prestes Maia. O projeto em questão foi implantado a partir de 1938, quando Prestes Maia assumiu a prefeitura de São Paulo.

O Plano de Avenidas tinha como principal justificativa a modernização da Cidade de São Paulo, adaptando-a para o vertiginoso crescimento populacional e econômico que estava em curso. O plano era inspirado nas grandes cidades europeias e visava organizar o fluxo viário, tornando o fluxo de pessoas e mercadorias mais dinâmicos. Assim, uma série de mudanças passam a entrar em curso na região do Vale, o parque idealizado por Bouvard era desfeito para dar espaço a grandes avenidas que cruzariam o centro da cidade. Pouco a pouco a imagem do parque é substituída por grandes vias que representavam, neste momento, o progresso. (Sousa, 2018)

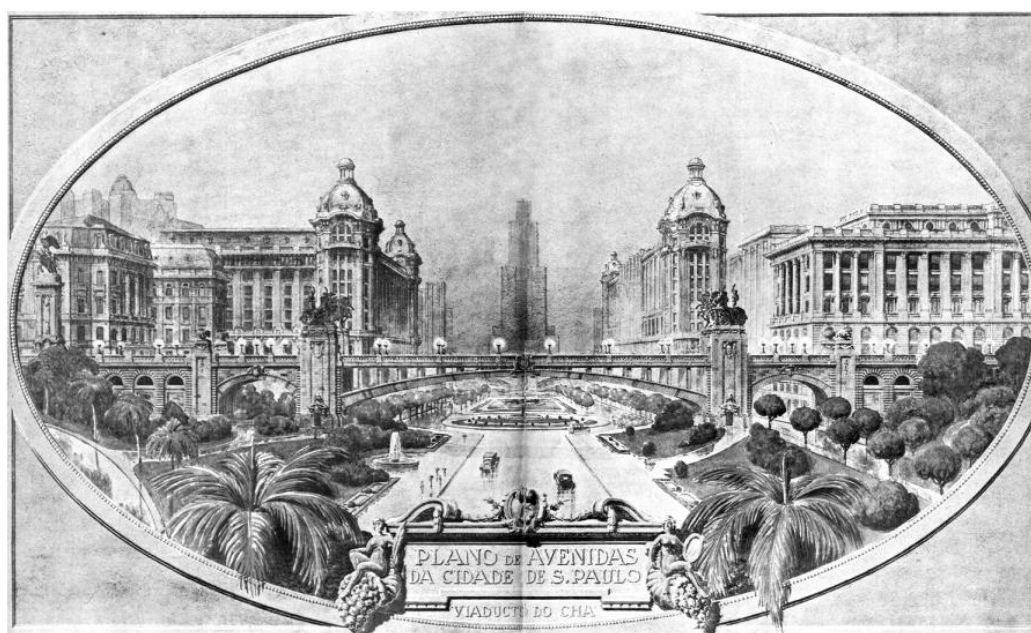


Figura 15 - Perspectiva da proposta para o Vale no Plano de Avenidas.

Fonte: TOLEDO, 1996, p.180.

A região do Vale do Anhangabaú tinha um papel fundamental na implantação do Plano de Avenidas na região central de São Paulo, o local seria adaptado para receber vias urbanas que conectaria diversas regiões da cidade, tendo como ponto nevrálgico o Vale do Anhangabaú. O sistema foi planejado para facilitar o fluxo entre as zonas norte, sul, e leste, com uma estrutura que se assemelhava ao formato de um "Y", sendo uma das principais inovações do plano.

Anos mais tarde, Cintra e Prestes Maia estruturam o Plano de Avenida, tendo o Vale do Anhangabaú como peça central manifestada em duas escalas: a primeira, mais abrangente, se dá no âmbito da estruturação viária norte-sul

da cidade, através do ‘Sistema Y’ e a segunda, mais pontual, revela a configuração de uma ‘sala de visitas’ da cidade. (HEREÑÚ, 2007, p. 181).

A figura a seguir revela o esquema proposto por Prestes Maia em seu Plano de Avenidas na região central da cidade. O sistema em “Y” está destacado e consiste em Av. Anhangabaú (atual Av. 9 de julho), Av. Jabaquara (atual Av. 23 de Maio) e Av. Tiradentes (atual Av. Prestes Maia). Nota-se também na imagem a representação do Vale do Anhangabaú como um quadro em branco, preservado do fluxo de veículos e sendo acessível através de todas as direções das vias.

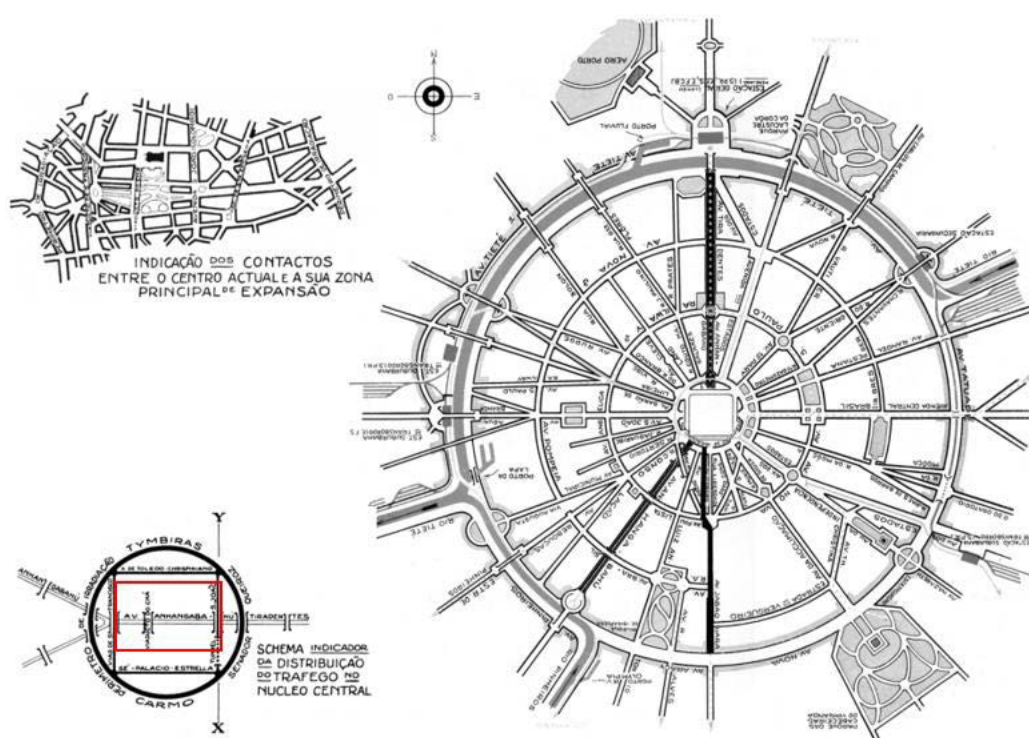


Figura 16 - Esquema teórico do Plano de Avenidas de Prestes Maia.

Em vermelho, o Vale do Anhangabaú (Adaptado por Tina, 2019). Fonte: TOLEDO, 1996. TINA, 2019

Em meio as inúmeras reformas realizadas na região do Vale do Anhangabaú, é relevante ressaltar também a reforma do Viaduto do Chá. Segundo Sousa (2018), nas atuais dinâmicas que a cidade se inseria na época, o viaduto construído durante as primeiras instalações urbanas de São Paulo no Século XIX, se tornava obsoleto. Seria, assim, necessário que novas intervenções fossem feitas no Viaduto do Chá para que o mesmo fosse inserido de forma efetiva nas mudanças promovidas pelo Plano de Avenidas. Foi substituída a estrutura original metálica inaugurada em 1892 por uma versão em concreto armado, com o dobro da largura e maior capacidade de

suportar o tráfego crescente da cidade de São Paulo. O novo viaduto do Chá foi inaugurado em 1938 na gestão de Prestes Maia.



Figura 17 - Vista do novo viaduto do Chá - Hans Gunter Flieg, 1950. Fonte: IMS, 2004

Podemos notar até aqui as mudanças ocorridas no Vale do Anhangabaú em pouco tempo, uma vez que a diferença temporal entre a inauguração para a sua substituição pelas vias expressas se deram em questão de pouco mais de duas décadas, revelando, assim, o tamanho do crescimento e dinamismo pelos quais a cidade se incluía em meio a urbanização e industrialização. São Paulo passava a se consolidar cada vez mais como a cidade mais importante do país e, localizando-se no coração dessa cidade, o Vale do Anhangabaú sempre foi visado como ponto chave para essas transformações. Observamos, assim, o Vale do Anhangabaú como um produto que se molda constantemente ao passo que a cidade cresce.



Figura 18- Vale do Anhangabaú nos anos 50. Fonte: Bruno, 1954, p.1381.



Figura 19 - Avenida Anhangabaú em 1956. Fonte: IBGE

CAPÍTULO 3 – O VALE RECENTE: DA DESVALORIZAÇÃO DO CENTRO DE SÃO PAULO À REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO

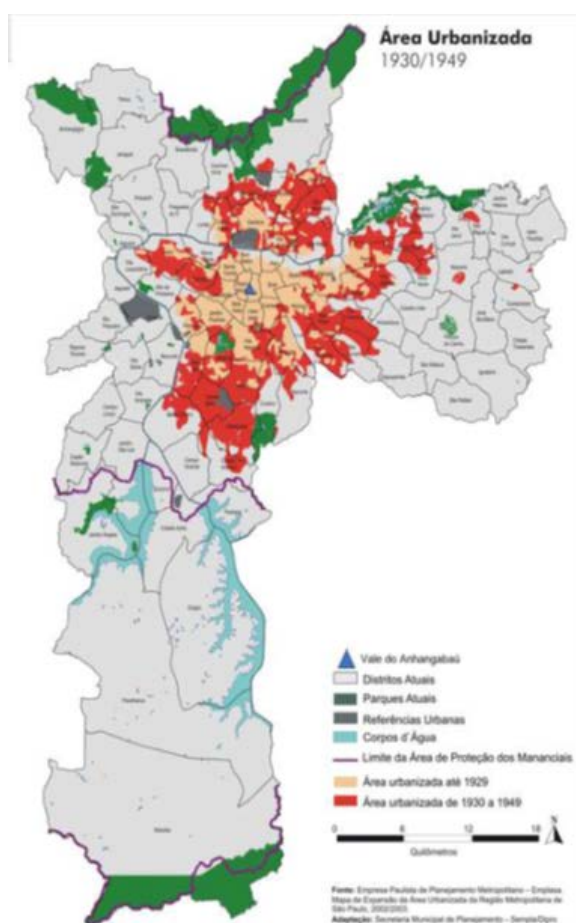
3.1 – A reurbanização do Vale do Anhangabaú a partir da laje de Jorge Wilhelm e Rosa Kliass

A concentração das atividades comerciais, financeiras, serviços, lazer e as oportunidades de empregos tornou a região central de São Paulo uma centralidade de enorme importância, concentrando em si uma gama de serviços e setores essenciais para a economia paulista. Segundo Alves (2005, p.145), até a década de 1970 o centro era concebido como o “local das possibilidades, da oportunidade, do trabalho, que tudo concentrava, tendo como contraponto as periferias, que se caracterizavam pela escassez/ausência da vida cidadina, já que eram locais da reprodução mais básica da vida”

Durante a década de 1970, a cidade de São Paulo passou por um processo intenso de crescimento imobiliário, novos bairros residenciais vão surgindo no entorno do centro, ocorrendo um processo de dispersão, caracterizado pela existência de atividades comerciais, serviços, institucionais e financeiros em outras regiões da cidade, como apontado por Cordeiro (1980), em que o uso e as funções do espaço, antes concentradas no centro, se dispersam no tecido urbano da cidade e passam a formar novas centralidades. Além disso, é importante ressaltar que na mesma década uma série de obras previstas no Plano de Avenidas são finalizadas, possibilitando a expansão da área urbana da cidade para além do centro.

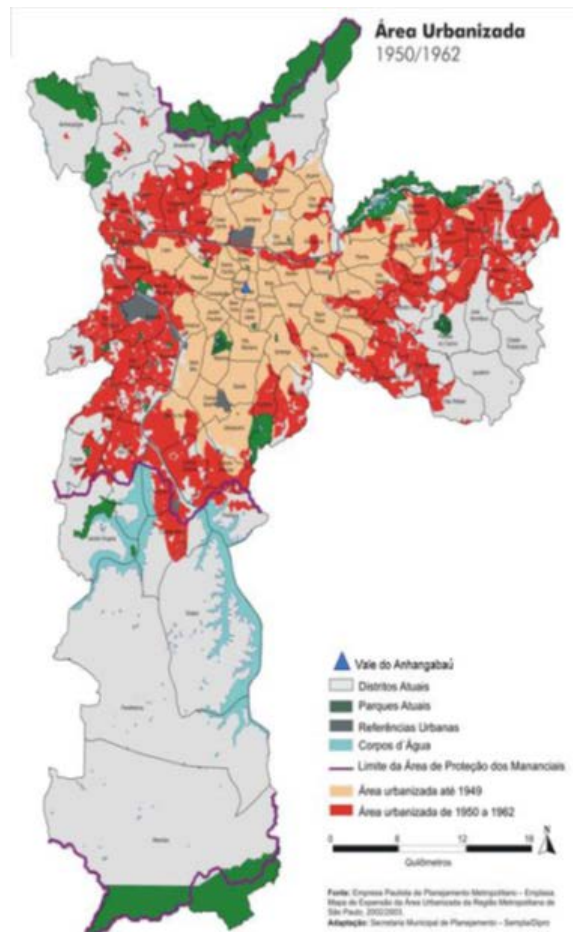
É nesse contexto que a Avenida Paulista, Consolação e Augusta tornam-se novos eixos de atração imobiliária, abrigando hotéis, cinemas, sedes de empresas e instituições e atraindo o comércio voltados para as elites (Bomfim, 2004, p.29). Vale lembrar que anos antes, por volta de 1955, vários órgãos públicos foram transferidos para o Parque do Ibirapuera e Morumbi, dentre eles a sede do Gabinete do Prefeito. Ao passo que novas áreas vão se consolidando como novos focos de atenção do poder público e privado, a região central passa por um processo de abandono e desvalorização dos mesmos setores da economia que um dia a fizeram relevante para o crescimento da cidade, segundo Frúgoli Jr, o centro tradicional passou a ser cada vez mais identificado como espaço pelas classes populares, incluindo grande porcentagem de migrantes nordestinos (FRÚGOLI Jr, 200, p.38)

A questão de revitalização urbana das áreas centrais está conectada, por sua vez, ao surgimento de outros subcentros, ou, sob outro prisma, à configuração de um contexto multipolar, dentro do qual o centro tradicional passa a competir com os demais, principalmente do ponto de vista econômico. O processo de expansão metropolitana, portanto, torna a questão da centralidade ainda mais complexa. Em alguns casos, os subcentros guardam certas relações de complementaridade com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejarem se tornar os 'novos centros'. Isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta, muitas vezes a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitantemente à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença das classes populares. (FRÚGOLI Jr, 2000, p. 26).



Mapa 2 - Área Urbanizada de 1930 a 1949.

Fonte: Empresa de Planejamento Metropolitano – Emplasa.



Mapa 3 - Área Urbanizada de 1950 a 1962.

Fonte: Empresa de Planejamento Metropolitano – Emplasa.

A novas centralidades nascentes na cidade de São Paulo foram responsáveis, além da evasão imobiliária e de serviços para outras áreas, também pela evasão das empresas, que deixavam suas sedes do centro da cidade para se instalarem em outros locais. Segundo Frúgoli Jr, “o processo de crescente popularização do centro foi concomitante ao início da evasão de empresas e bancos para outros subcentros, à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio de seu valor imobiliário” (FRÚGOLI, 2000, p. 61).

A partir da década de 1970, intensificou-se a preocupação em revalorizar a área central de São Paulo, nesse sentido intensificou-se, também, a elaboração de projetos de intervenção na área. Dentre eles, o mapeamento da região central desenvolvido pelo escritório de arquitetura Rino Levi Arquitetos e Associados em parceria com o escritório Vilanova Artigas, propondo uma área de integração entre automóveis e pedestres no Vale do Anhangabaú. (Sousa, 2018)

A integração entre os automóveis e os pedestres na região do Vale, de certo, não seria tarefa fácil para o poder público solucionar, segundo Nobre, “em 1981, 12 mil veículos circulavam no Vale por hora/pico e, em dez anos, esse número subiu para 15 mil. Aproximadamente um milhão e meio de pessoas transitavam pela região do Viaduto do Chá” (NOBRE, 1992, p. 32). Isso nos faz refletir sobre o intenso tráfego de pessoas e automóveis na região e, como as iniciativas de revitalização do centro seriam complexas de serem implementadas.

Na gestão de Reinaldo de Barros (1979-1982), a medida encontrada para revitalizar o centro foi a abertura de um concurso para intervenção e remodelação do Vale do Anhangabaú, tendo como jurados membros da EMURB (Empresa Municipal de Urbanismo e do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil). De acordo com Hereñú (2007, p.311), o regulamento do concurso solicitava a elaboração de uma proposta de caráter abrangentes, envolvendo “circulação viária e de pedestres, uso dos espaços públicos, equipamentos locais e metropolitanos, regulamentação do uso do solo e valorização e preservação dos bens tombados”.

Participaram mais de cento e cinquenta escritórios de arquitetos, e o vencedor foi o projeto coordenado por Jorge Wilhelm e Rosa Kliass, que propunha a substituição do eixo viário norte-sul, que dividia o Vale ao meio, por uma praça voltada ao lazer, retomando o projeto formado por Bouvard nos anos de 1910. O projeto vencedor previa a “maior fluidez do tráfego no eixo Norte-Sul, através de uma via subterrânea

coberta por uma grande laje que abrigava um amplo espaço público pedestrianizado, com calçadão, canteiros arborizados e algumas pistas de apoio ao tráfego local e de retorno” (Malatesta, 2020).

A solução para o intenso tráfego de automóveis na região foi a construção de tuneis cobertos pela grande praça que se tornaria o Vale do Anhangabaú, ou seja, desta forma, os veículos passariam a trafegar por baixo do Vale. Segundo Sousa (2022) os dois tuneis passariam a ser construídos entre o Viaduto do Chá e Santa Efigênia, ambos teriam 490m de extensão, 5,5m de altura e 14m de largura, com quatro pistas que garantiriam o fluxo dos veículos. Já na superfície a circulação dos pedestres se tornaria livre, além de espaços para lazer e repouso, espetáculos ao ar livre, anfiteatros e cafés emoldurados por espelhos d’água, canteiros e áreas verdes. (Sousa, 2022, p 131.)

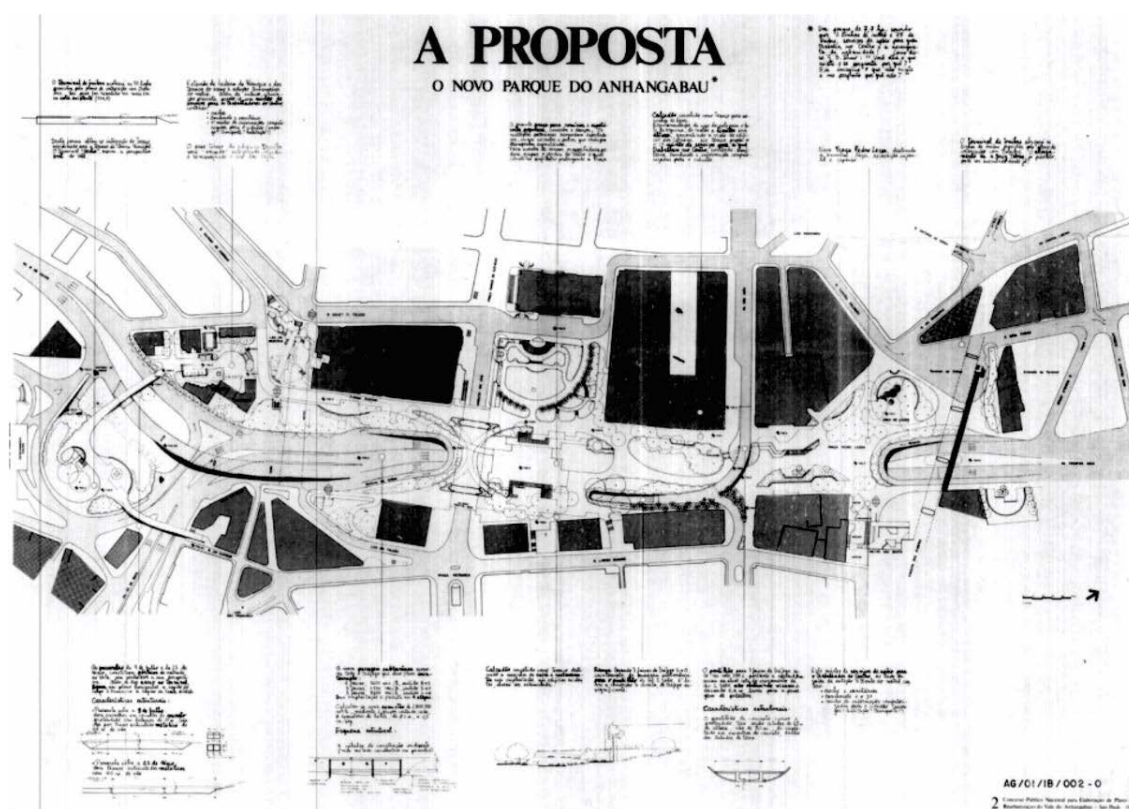


Figura 20 - Prancha do projeto vencedor, contendo o resumo das propostas.

Fonte: Arquivo EMURB/HEREÑÚ, 2007, p. 312

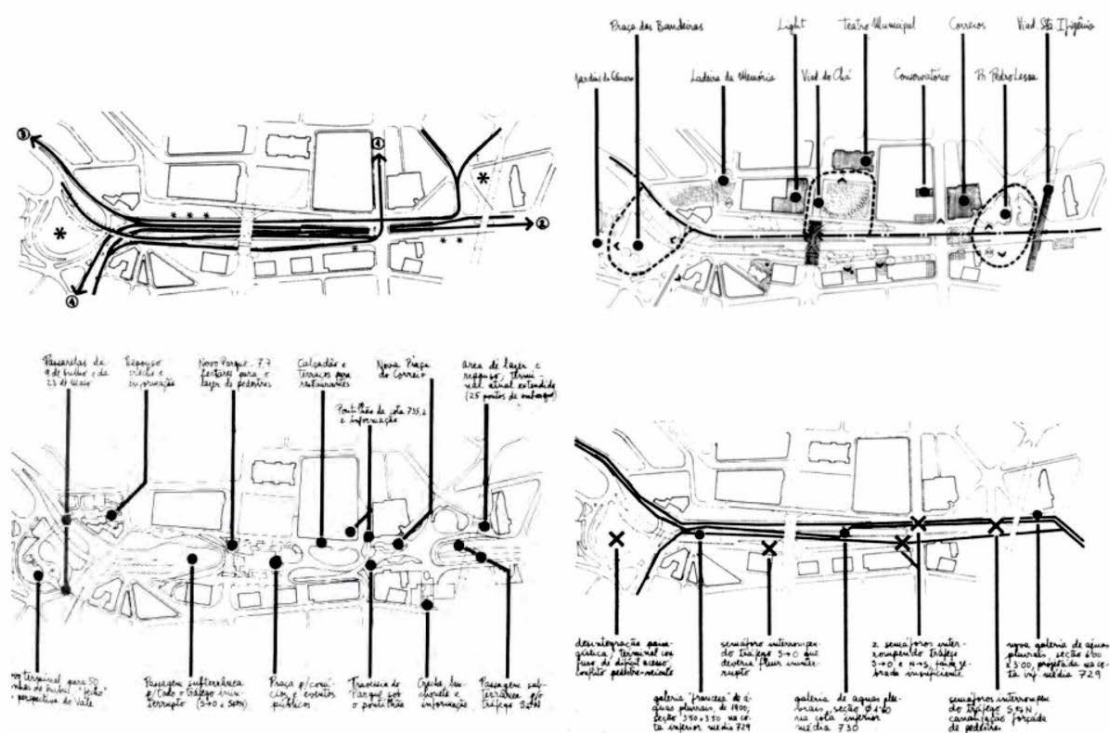


Figura 21- Prancha do projeto vencedor

Fonte: Arquivo EMURB/HEREÑÚ, 2007, p. 312

O início da implantação do projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú teve início em agosto de 1986, sob o governo de Jânio Quadros (1986-1988), que realizou a primeira fase de implantação do projeto proposto, sendo ela a construção da primeira passagem subterrânea no sentido norte-sul sob o Vale do Anhangabaú.

Foi sob a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) que as obras da segunda parte do túnel e a consolidação do parque foram realizadas assim como o projeto Sé-Arouche, também da gestão de Erundina. Segundo Sousa, o Projeto previa espaços públicos por meio da retirada dos excessos de anúncios e painéis publicitários das fachadas, assim como a eliminação de equipamentos e mobiliários urbanos desnecessários. Esse projeto teria criado, segundo Sousa, um impacto muito positivo na qualidade da paisagem urbana atual do Vale do Anhangabaú. (Sousa 2018, p.138)



Figura 22- Fotografia tomada a partir do Viaduto Santa Efigênia em 1991

Fonte: <https://sampahistorica.wordpress.com/2013/08/15/o-vale-em-92/>



Figura 23 - Fotografia tomada a partir do vale do Anhangabaú com o Viaduto do Chá ao fundo, em janeiro de 1992.

Fonte: <https://sampahistorica.wordpress.com/2013/08/15/o-vale-em-92/>



Figura 24 - O Anhangabaú, visto a partir do Viaduto Santa Ifigênia, antes da reforma que “tampou” o restante do túnel.

Fonte: <https://avidanocentro.com.br/cidades/vale-do-anhangabau-historia/>



Figura 25 - Vista aérea do Vale do Anhangabaú.

Fonte: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-inicia-obras-de-requalificacao-do-vale-anhangabau/>

Com a saída da elite do centro de São Paulo e a consolidação de novas centralidades econômicas e comerciais da cidade, a intervenção no Vale do Anhangabaú retomou a região ao que já foi um dia, um parque, só que dessa vez não destinado a elite paulistana. O espaço gerado pela reurbanização do Vale do Anhangabaú promoveu uma retomada do público para a região do Vale, outrora ocupado pelo intenso tráfego de automóveis que passavam pelo centro.

A finalização da implantação do projeto do novo Parque Anhangabaú possibilitou o retorno dos pedestres e das atividades de lazer e recreação no Vale, trazendo para o centro da cidade um espaço livre da circulação de automóveis. Além disso, o Vale tornou-se, também, um ponto importante para a realização de manifestações políticas e para a realização de eventos culturais como a Virada Cultural de São Paulo.

Segundo Carlos (2007), o espaço urbano representa, inicialmente, um uso, ou ainda, um valor de uso. As relações sociais se realizam na cidade por meio do uso que dão sentido à vida, revelando o conteúdo da prática socioespacial. O espaço socialmente produzido vai ganhando novos sentidos através dos modos de apropriação que o indivíduo lhe atribui ao objetivar a reprodução de sua vida.

É pelo uso (como ato e atividade) que a vida se realiza e é também através do uso que se constroem os “rastros” que dão sentido a ela, construindo os fundamentos que apoiam a construção da identidade revelada como atividade prática capaz de sustentar a memória. O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis (Carlos, 2007, p.30).

3.2 – O projeto de requalificação do Vale do Anhangabaú para a concessão à iniciativa privada

O Vale do Anhangabaú voltaria a ser uma questão para o poder público municipal em 2013, sob a gestão de Fernando Haddad (2013-2017), que incluiu a região central de São Paulo e especificamente o Vale do Anhangabaú em seu Plano de Metas. O Plano De Metas incluía a valorização e requalificação do centro de São Paulo, reconhecendo seu valor histórico, cultural e econômico para a cidade de São Paulo.

O enfoque multissetorial na articulação das ações de governo considera dentre as diversas dimensões dessa área: (i) o fato de ser referência de memória e identidade de São Paulo; (ii) o fato de ser patrimônio histórico e cultural, construído por inúmeras gerações, ao longo da formação da cidade; (iii) o fato de ser ponto de encontro, de diversidade e ter localização privilegiada; (iv) sua importância econômica e sua diversificação, expressa tanto pela forte economia popular, como pela multiplicidade e quantidade dos serviços que oferece; e (v) o fato de constituir estoque para o desenvolvimento de uma política habitacional para a área central, garantindo diversidade social e de usos e garantindo a aproximação de emprego e moradia, desta feita trazendo moradia para onde os empregos existem (PMSP, 2013, p.25-26).

As discussões acerca das requalificações e ocupações dos espaços públicos na região central durante a gestão de Fernando Haddad tiveram início com o lançamento do projeto “Centro, Diálogo Aberto”, que consistia, basicamente, na realização de seminários e workshops promovidos pela SMDU (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano).

Os projetos que queremos promover não buscam construir novos espaços, mas, acima de tudo, transformar as estruturas preexistentes. O foco é renovar as suas formas de uso, ressignificar o espaço público em lugar onde se potencialize o domínio público. (SMDU, 2013, p.6)

O escritório de arquitetura Gehl Architects, representado pelos arquitetos Helle Sørholt e David Sim, é convidado para participar do projeto, a fim de apresentar sua metodologia e o desenvolvimento um relatório que visava identificar problemas e potencialidades da região central. A ideia de contratar o escritório dinamarquês é que sua “proposta de trabalho visa reunir a população usuária do Centro, poder público e projetistas em um processo colaborativo e participativo” (SMDU, 2013, p.6).

A metodologia Gehl, foca primeiramente na vida e na cidade que se deseja para o futuro, depois pensa no espaço e em como organizá-lo para ter esse tipo de vida e cidade para então pensar nas construções e nos tipos de funções, programas e atividades, e por fim na arquitetura necessária para amparar essa vida e essa cidade (SPUrbanismo; Gehl Architects, 2013, p.12-13)

Conforme evidenciado pela reportagem da série Privatização da Rua ou também chamada de Arquitetos da Gentrificação (AG), em 2014, em conjunto com a Reporter Brasil, uma investigação jornalística afim de especificar os processos do plano da prefeitura em requalificar o centro da cidade, apurou que o projeto que propunha o “diálogo aberto” e um “processo colaborativo” entre a população que ocupa o centro de São Paulo não ocorreu assim como o previsto. Não houve uma participação significativa de entidades civis de fato, como as pessoas em situação de rua, os vendedores ambulantes, dentre outros (AG, 2014).

Ainda segundo a AG, em agosto de 2013, enquanto os seminários e workshops acerca da requalificação do centro aconteciam, o Banco Itaú-Unibanco (única instituição financeira convidada para participar dos seminários) demonstrou o seu interesse em fazer a doação de um projeto arquitetônico do Vale do Anhangabaú para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em 2 de agosto de 2013, a responsável por Relações Governamentais e Institucionais do banco Itaú, Luciana Nicola, envia à vice-prefeita de São Paulo, Nádia Campeão (PCdoB), uma carta na qual expressa a vontade da instituição financeira de contribuir para o importante movimento de requalificação do centro de nossa cidade, discutido no seminário Centro, Diálogo Aberto, organizado pela PMSP nos dias 17 a 19 de abril, do qual tivemos o prazer de participar". A forma de fazer isso, segundo Nicola, é doando um "projeto arquitetônico para reorganização dos espaços no Vale do Anhangabaú, por meio do renomado escritório Gehl Architects, com ampla experiência em intervenções desta natureza" (AG, 2014).

É de se pensar com criticidade sobre os reais interesses por trás de uma instituição financeira como o banco Itaú em fazer a doação do projeto arquitetônico do Vale do Anhangabaú para a prefeitura da cidade. Conforme Tina (2022) o projeto arquitetônico financiado pelo banco Itaú equivalia a €500 mil euros (aproximadamente R\$2 milhões de reais na época). Ainda, o a reportagem da AG explicita que no termo

de doação assinado, com o objeto doado (o projeto arquitetônico) não haveria exigência de realização de processos licitatórios para a realização dos estudos do projeto dada a “inviabilidade de competição” com a Gehl Architects e seu “reconhecimento mundial”.

A partir dos seminários e workshops promovidos pela SMDU e o escritório Gehl Architects foram apresentadas, através de um relatório, as principais qualidades e desafios para o Vale do Anhangabaú. Segundo Tina (2022) dentre as principais qualidades notadas, destacam-se: a disponibilidade múltipla de transporte público próximo, presença de calçadas exclusivos para pedestres, potencial dos edifícios no entorno e a variedade de comércio e atrações (cultura, educação, trabalho, serviço público e compras). Já entre os desafios destacam-se: fachadas dos edifícios do entorno: pouco atrativas e interativas, falta de áreas de permanência e falta de segurança (devido à pouca variedade de usuários e poucos atrativos).



Figura 26 - Esquema dos desafios do Vale no Anhangabaú.

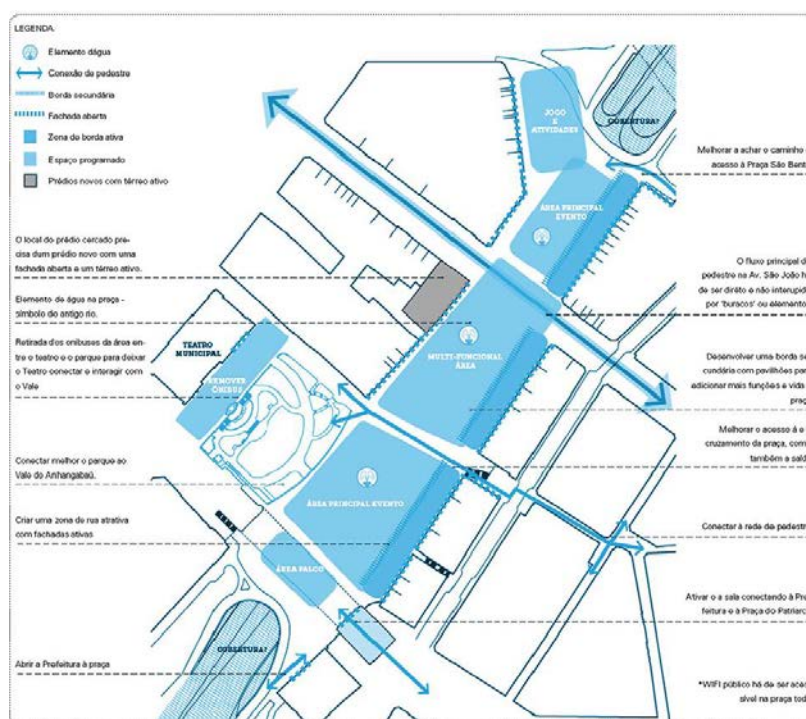
Fonte: Gestão Urbana SP/PMSP.



Figura 27 - Esquema dos desafios do Vale no Anhangabaú.

Fonte: Gestão Urbana SP/PMSP.

Com base nas qualidades e desafios expostos através dos levantamentos, foi elaborado um mapa com o intuito de expor, especialmente, os principais pontos que necessitariam da intervenção da prefeitura no Vale para dar andamento no seu processo de requalificação e superando os desafios expostos e transformando-o em um local convidativo para a população. Segundo o escritório Gehl Architects (2013), o resultado do design para o Vale foi baseado em 4 objetivos: 1) melhorar os acessos; 2) criar espaços menores para a escala humana; 3) fazer um espaço urbano mais flexível para eventos grandes e do dia a dia; 4) ativar as bordas da praça abrindo as fachadas dos edifícios para o Vale. A tabela a seguir apresenta o que se propôs para cada um dos quatro objetivos.



Mapa 4 - Mapa consensual dos principais elementos a serem introduzidos no Vale do Anhangabaú

Fonte: Gestão Urbana SP/PMSP [s/d]

PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O VALE DO ANHANGABAÚ			
MELHORAR OS ACESSOS	RESPEITO À ESCALA HUMANA	ESPAÇO FLEXÍVEL	FACHADAS ATIVAS
Piso contínuo, em superfície única, para garantir acessibilidade universal para todos os grupos de usuários	Um ambiente confortável do ponto de vista sensorial (visual, auditivo, olfativo, temperatura)	Robusto para seu uso e fácil manutenção.	Reativar as fachadas no térreo dos edifícios que contornam o Anhangabaú, dando apoio e criando vida ao longo das bordas do Vale. Lojas e restaurantes/café devem se apropriar e ocupar a zona próxima aos edifícios com mobiliário e atividades.
Integração à toda a rede de ruas de pedestres do Centro	Boas e variadas oportunidades para sentar	Atrativo para a realização de eventos de todos os tamanhos, oferecendo uma superfície flexível que se ajuste às dimensões e necessidades de cada evento ou atividade.	Atividades por meio de uma 'fachada secundária' de bancas, quiosques e pavilhões com funções e serviços que interagem diretamente com as pessoas.
Permitir que os pedestres caminhem respeitando seu desejo de deslocamento – evitar barreiras.	Mais verde e água para garantir um bom ambiente para o lazer		
Garantir boas condições para o pedestre nas ruas que dão acesso ao Vale.	Um ambiente que respeite a escala humana, acrescentando à escala monumental do Vale unidades menores, convidativas para a vida urbana cotidiana, concentrando as pessoas junto ao térreo dos edifícios	Adaptável ao clima e aos diferentes grupos de usuários ao longo do dia, semana e ano.	Ativar o espaço como um todo, ao propor um desenho de mobiliário urbano e elementos que convidam as pessoas a passarem o tempo, fazer atividades físicas e jogar, tomando o Vale um local que atraia diversos tipos de usuários
Conduzir e fomentar o deslocamento de pedestres entre os terminais e estações de transporte público.	Campo visual desobstruído, atividades durante todas as horas do dia e todos os dias do ano, boa iluminação e atividades para todos os grupos de usuários garantindo um ambiente seguro	Atrativo para a vida cotidiana convidando todos os grupos de usuários para o Vale oferecendo lazer, atividades físicas, compras, encontros, etc..	

Tabela 3 - Propostas de melhorias para o Vale do Anhangabaú

Fonte: Gestão Urbana/Centro, Diálogo Aberto – Vale do Anhangabaú. / Tina, 2022

Considerando o mapa e a tabela anteriormente apresentados, é possível afirmar que a requalificação do Vale do Anhangabaú tem como objetivo não só a requalificação da área para o uso da sociedade, mas também para a atração de capital. Segundo Alvarez (2018) a requalificação do Vale tem como uma política espacial a mercantilização total do espaço social. Ainda segundo a autora, as políticas espaciais desta natureza elegem alguns locais da cidade, desprovendo-se de seu conteúdo histórico e social, capazes de “transformar elementos negativos do ambiente urbano em novas oportunidades de negócios e de espaços de habitação, consumo, cultura e espetáculos” (Alvarez, 2012, p.74).

Vemos, assim, o Estado trabalhando em conjunto com o setor privado em prol dos interesses desse último, usando de discursos de revitalização e readequação de espaços públicos para a obtenção de capital. Segundo a AG (2013) o termo de referência para o projeto é enfático quanto aos ganhos comerciais que a região do Vale do Anhangabaú poderá ter após a sua requalificação. Entretanto, para que isso

ocorresse, seria necessário adequá-lo como um equipamento cultural a fim de torná-lo convidativo para a circulação, encontros e sociabilidades de pessoas que também seriam potenciais clientes para o consumo no entorno.

Conforme apontado por Tina (2022), ao eleger um fragmento do espaço urbano que está no escopo dos projetos de requalificação urbana, o Estado está apontado o local em que os investimentos públicos serão direcionados, portanto o local que será passível de valorização, buscando assim atrair os investimentos de capitais privados na região.

As intervenções no espaço urbano e a cidade fazem parte, cada vez mais, das estratégias prioritárias de atração desse capital. A produção da cidade pelo poder público leva em conta a cidade como negócio a partir das possibilidades de valorização ofertadas em determinados territórios do urbano. O potencial de valorização do espaço passa pela liberação desse espaço aos investimentos privados através de uma atuação específica do poder público. (Santos, 2006, p.116-117)

Conforme aponta Otero (2020), após uma série de discussões, *workshops* e marcada, também, pela ausência de consulta de setores da sociedade civil que ocupam o Vale (ex. comerciantes e população local, entidades representantes das populações em situação de vulnerabilidade), foi publicada a concorrência pública para a contratação de empresas de arquitetura e urbanismo, engenharia e gestão do espaço público para a elaboração dos projetos para requalificação e reurbanização do Vale do Anhangabaú e entorno. O projeto básico teve como ganhador o escritório Biselli Katchborian Arquitetos Associados, que atuou em parceria com a PJJ Malucelli Arquitetura Ltda. O escritório se baseou no estudo de Gehl. A empresa teria o prazo de 7 meses para desenvolver e apresentar os projetos pelo valor de R\$ 2,092 milhões

Segundo o escritório Biselli Katchborian Arquitetos Associados o projeto tem como base a criação de uma grande esplanada de concreto que contará com 850 jatos d'água que umidificam o ambiente. Nas laterais, o Vale ficará com 532 árvores – 355 serão mantidas, e 177 novas espécies nativas serão plantadas. Serão 28 novos pontos de iluminação automatizada em LED, e mais 105 sob as árvores. Para estimular a permanência das pessoas no local, serão adicionados mobiliário urbano e cerca de uma dezena de quiosques com serviços diversos

Seção BB Dia-a-dia 1:1000

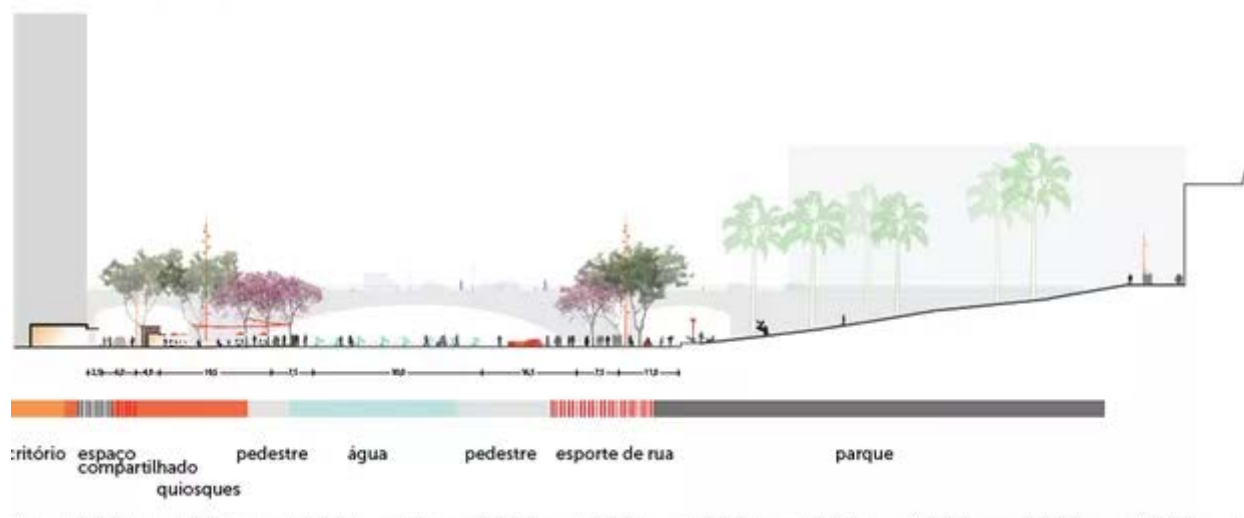


Figura 28- Ilustração dos usos previstos para o novo Vale do Anhangabaú

(Foto: Reprodução / Prefeitura SP)

Fonte: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2021/03/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-reforma-do-vale-do-anhangabau.html>



Figura 29 - Perspectiva geral do projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú. Fonte: Biselli Katchborian

Mesmo com inúmeras críticas e questionamentos acerca do projeto, em março de 2016 foi lançado o edital de licitação para “contratação de empresa especializada em engenharia arquitetura e urbanismo para elaboração de projetos executivos e execução das obras de requalificação e reurbanização do Vale do Anhangabaú e entorno”. Já em novembro de 2017 o consorcio Consórcio Central, formado pela FBC Construção Civil e Pavimentação S/A e Lopes Kalil Engenharia e Comércio Ltda. vence o processo de licitação por quase R\$80milhões de reais com o prazo de 24 meses, e se tornam os responsáveis pela obra do Vale do Anhangabaú, financiados com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) (Otero, 2020).

CAPÍTULO 4 – A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO DO VALE DO ANHAGANBAÚ COMO NEGÓCIO

4.1 – As obras de requalificação e a concessão do Vale para a iniciativa privada

Após a definição dos vencedores da licitação, no dia 10 de junho de 2019, vinte e sete anos após a reabertura do Vale do Anhnagabaú após um periodo fechado para a execução do projeto de Jorge Wiheim e Rosa Killas, o Vale do Anhangabaú foi parcialmente fechado para o inicio das obras de requalificação sob a gestão do prefeito Bruno Covas (2018-2021) com a entrega e reabertura previstas para junho de 2022.



Figura 30 -Prefeitura paulistana retira piso do Vale do Anhangabaú.

Fonte: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/07/prefeitura-paulistana-retira-piso-do-vale-do-anhangabau.shtml>

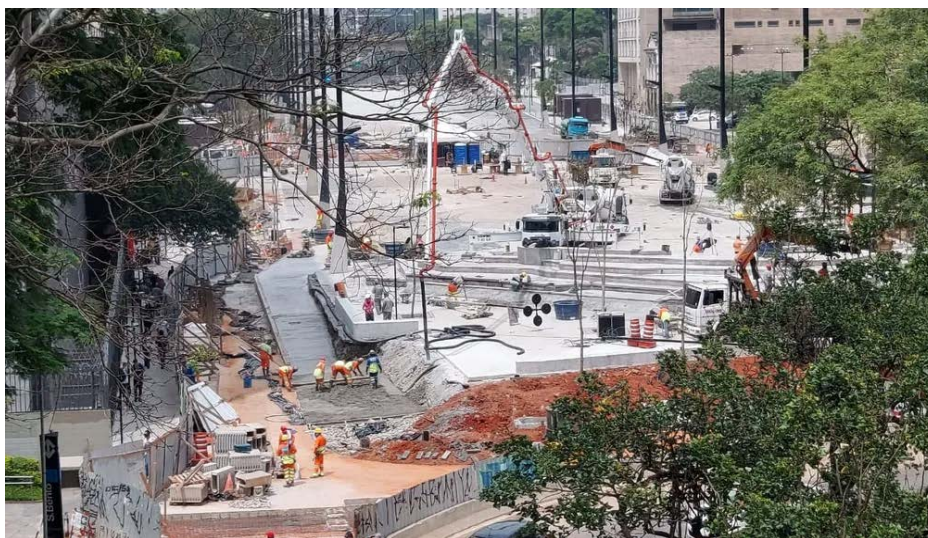


Figura 31 - Vale do Anhangabaú ainda em obras no mês de outubro de 2020, na data em que a Prefeitura de São Paulo pretendia reinaugurar a área.

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/11/reforma-do-anhangabau-passa-dos-r-105-milhoes.ghml>

Assim como difundido durante todas as etapas do projeto, o prefeito Bruno Covas reforçou em entrevista que “o objetivo é que o Anhangabaú deixe de ser um espaço de passagem e se torne um ambiente de convivência. Vamos melhorar a acessibilidade e a iluminação com foco no pedestre para que as pessoas se apropriem

desse espaço de manifestação cultural e política". Ainda, segundo Santiago (2019), o então prefeito de São Paulo declarou durante. A coletiva que a manutenção do Vale do Anhangabaú seria concedida à iniciativa privada, bem como sua exploração comercial afirmando que será um custo que se retira da Prefeitura Municipal.

Conforme exposto no site da Gestão Urbana SP, o Vale do Anhangabaú (1) fortalecerá sua característica como porta de acesso ao centro através da qualificação de suas conexões com os meios de transporte público (metrô, ônibus), com os espaços culturais da cidade (museus, cinemas e teatros), além dos edifícios de escritório ao seu redor; (2) valorizará a circulação dos pedestres, recuperando integralmente o eixo da Avenida São João ao dotá-lo com o pavimento adequado aos critérios de acessibilidade e de sinalização; (3) as ruas Formosa e Anhangabaú serão reativas, assim como as fachadas térreas dos prédios, por meio da implantação de quiosques, bancas de jornal, ludoteca, abrigadas dentro de um novo mobiliário urbano. Nesse sentido, mais de 1.500 lugares serão distribuídos entre bancos e cadeiras, além de bebedouros, lixeiras e paraciclos (Gestão Urbana – PMSP, 2019).

Seguindo, (4) o piso contínuo Vale formará uma superfície uniforme como uma plataforma para atividades e eventos, com acessibilidade universal que oferece o máximo de flexibilidade para o uso e com materiais de qualidade; (5) haverá a presença de mais áreas verdes, buscando criar marquises verdes ao longo das ruas Anhangabaú e Formosa e da Avenida São João, formando ambientes sombreados e garantindo um bom microclima. Em sua forma final, o Anhangabaú contará com 480 árvores – 355 serão mantidas e 125 novas espécies nativas serão plantadas; (6) a iluminação pública será automatizada com um sistema LED de alta eficiência energética, sendo 28 pontos de iluminação na esplanada, 105 pontos de iluminação sob as árvores, 900 metros lineares de iluminação sob os bancos e 217 pontos de iluminação na escala do pedestre. Além disso, também está previsto o aprimoramento da infraestrutura com o enterramento da rede de energia e de telecomunicações, realizando o seu ordenamento em novas galerias técnicas e banco de dutos e a escolha de espécies de árvores com copas altas, permitindo visão desobstruída através do Vale, e afastar as árvores da região dos túneis para que seu crescimento seja saudável. (Gestão Urbana – PMSP, 2019).



Figura 32 - Perspectiva dos quiosques.

Fonte: Gestão Urbana SP – PMSP.

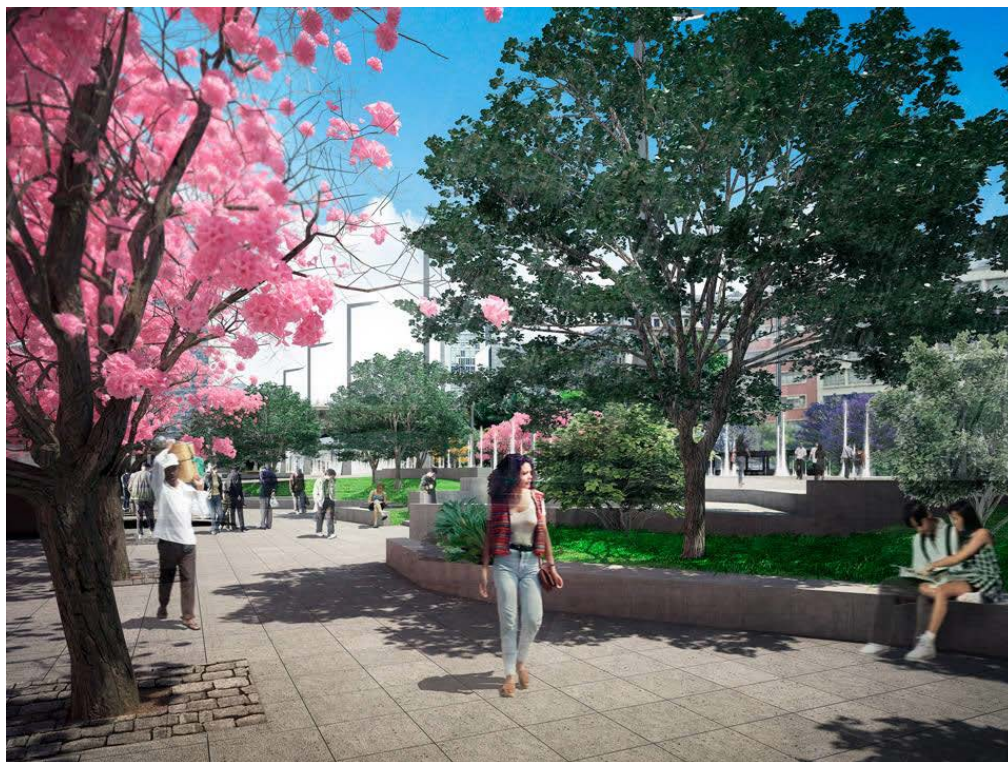


Figura 33 - Espaço sombreado e presença das marquises verdes.

Fonte: Gestão Urbana SP – PMSP.

Com base nas etapas de execução do projeto de requalificação do Vale do Anhangabaú e os interesses do setor privado, outrora validados pelo poder público, podemos observar a reprodução do Vale do Anhangabaú como negócio, considerando que as dimensões estética e simbólica aparecem como elementos fundamentais deste projeto urbanístico (Alvarez, 2012, p.75). A retirada das árvores e o aterramento dos fios de comunicação possibilitaram a desobstrução da vista para o Vale, além disso, os focos luminosos possibilitam um show de luzes para quem o observa e os quiosques, as cafeterias, as árvores que criam sombras naturais concebem um espaço agradável para permanecer e usufruir.

[...] o desenho dos grandes projetos urbanos ganhou status e se projetou como a solução para crises de estagnação econômica e empobrecimento urbano, uma vez que teria por função gerar um ambiente dotado de maior qualidade estética, harmonizando volumes, introduzindo paisagismo, obras artísticas e arquitetônicas, bem como inovações técnicas e estéticas, que se destacassem no conjunto da cidade e ao mesmo tempo a projetassem (Alvarez, 2012, p.75).

A Gestão Urbana de SP divulga em seu site que o projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú é “um importante passo em direção ao direito à cidade, princípio que norteia o desenvolvimento das políticas urbanas municipais”. Como antes colocado, o projeto vai na contramão do que deveria o nortear, uma vez que não há a participação dos indivíduos da sociedade civil e escancara o interesse do setor privado no uso do espaço. A luta pelo “direito à cidade” é entendida como a “cidade passível de ser apropriada plenamente pelo indivíduo em sua prática socioespacial, fundada no uso e revelada por uma relação espaço–tempo que potencializa a apropriação dos lugares da realização da vida” (Carlos, 2007, p.117).

No dia 23 de setembro de 2020 foi lançado o edital de concorrência para a “concessão de uso, a título oneroso, de áreas situadas no Vale do Anhangabaú, no município de São Paulo, para sua gestão, manutenção, preservação e ativação sociocultural” pelo prazo de 10 anos. Conforme o Edital de Licitação – Concorrência Pública nº007/SGM/2020:

A área de concessão é composta pelo perímetro que abrange o Vale do Anhangabaú, os baixios do Viaduto do Chá incluindo parte da Galeria Prestes Maia, exceto o Salão Almeida Júnior, local onde será abrigado o Museu da Cidadania e

Direitos Humano, e Galeria Formosa, a Praça Ramos de Azevedo, a escadaria da Rua Dr. Miguel Couto, parte da Avenida São João entre a Avenida Ipiranga e a Rua São Bento, a Praça do Correio e a área verde nos baixios do Viaduto Santa Ifigênia (Prefeitura de São Paulo. Secretaria de Governo Municipal. Anexo III do Edital de Licitação Concorrência Pública Nº 007/SGM/2020, p.7).



Mapa 5 - Área de Concessão e principais referências

Fonte: Anexo III do Edital de Licitação Concorrência Pública Nº 007/SGM/2020, p.7.

O contrato administrativo pelo qual se concede a gestão do Vale do Anhangabaú à iniciativa privada foi assinado em 22 de julho de 2021. O objeto central do ajuste consiste na gestão, na manutenção, na preservação e na ativação sociocultural da área de 70.000 m² (setenta mil metros quadrados). Seu valor supera R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais) e sua duração é de dez anos, podendo ser prorrogado pelas partes para efeitos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Apenas três consórcios interessaram-se pela licitação: o Consórcio Viva o Vale, o Consórcio Viaduto do Chá e o Consórcio Novo Ícone. Destaca-se que o vencedor da licitação foi, a priori, o Consórcio Viaduto do Chá. Entretanto, o segundo colocado (Consórcio Viva o Vale) foi convocado, pois o prazo fixado para a assinatura do

contrato encerrou-se sem o cumprimento de obrigações precedentes pela adjudicatária.

A empresa Viva o Vale Concessionária foi criada pelo consórcio integrado pela Urbancom Consultoria e Participações, Nacional Shopping e B. Internacional Real Estate. O consórcio é liderado pela empresa URBANCOM, focada em desenvolvimento de projetos inovadores de ocupação das cidades, em união e parceria estratégica com a WTorre Entretenimento, empresa com foco em entretenimento e inovação, além de ser atual gestora do Allianz Parque, importante polo do setor de grandes eventos de entretenimento na cidade de São Paulo.

Segundo o referido edital, a concessão permite que o consórcio explore comercialmente a área de concessão de áreas de compras, alimentação e bar no interior das galerias, da locação dos quiosques, de atividades econômicas como aluguel de bicicletas e patinetes, feiras e eventos de acesso restrito.

Devido a pandemia do COVID-19 e as restrições de circulação, alguns processos envoltos na concessão e reabertura do Vale do Anhangabaú foram adiados. As obras de requalificação do Vale do Anhangabaú custaram R\$ 105,6 milhões, valor 32% maior que o esperado, que foi concluída em outubro de 2020. Desde então, a data de inauguração foi adiada sete vezes. No dia 25 de julho de 2021, o Vale do Anhangabaú foi reinaugurado na gestão de Covas/Nunes - MDB (2021-2024). O plano de reabertura do Vale do Anhangabaú se deu de forma gradual, a fim de respeitar as normas de circulação impostas no contexto da pandemia.



Figura 34 - Vale do Anhangabaú é inaugurado no dia 25 de julho de 2021.

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/25/vale-do-anhangabau-e-reinaugurado-com-programacao-cultural-neste-domingo.ghml>



Figura 35 - Vale do Anhangabaú é inaugurado no dia 25 de julho de 2021.

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/25/vale-do-anhangabau-e-reinaugurado-com-programacao-cultural-neste-domingo.ghml>



Figura 36 - Banner do Projeto Reabertura do Vale do Anhangabaú com programação cultural. Fonte:

Tina, 2021

O consórcio Viva o Vale, vencedor da licitação de concessão, assumiu a gestão Vale do Anhangabaú no dia 06 de dezembro de 2021 e a área é reaberta totalmente para o público.



Figura 37 - Perspectiva aérea do Vale do Anhangabaú após reabertura. Fonte:

[https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/vale-do-anhangabau-e-reaberto-com opinioes-divididas-entre-beleza-e-utilidad/](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/vale-do-anhangabau-e-reaberto-com-opinioes-divididas-entre-beleza-e-utilidad/)

4.2 – O Vale para quem?

As obras de requalificação e a concessão do Vale do Anhangabaú revela a intenção do poder público em parceria com o setor privado de reproduzir o espaço em questão como um negócio. Ao longo deste trabalho notamos que as diversas obras de readequação do espaço tiveram como finalidade o colocar, literalmente, à venda para a iniciativa privada, a fim de conceder sua administração e direitos de exploração do lugar revelando assim a gestão empresarial da metrópole, inaugurada pela parceria entre o governo e a empresa privada, ao reduzir a cidade como valor de troca, como uma função meramente econômica (Carlos, 2007, p.64)

A concessão do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, pode ser vista como um exemplo de urbanismo neoliberal, um fenômeno que implica na privatização e mercantilização de espaços públicos. Este modelo de urbanismo está alinhado com princípios neoliberais que promovem a intervenção mínima do Estado na economia, dando a iniciativa privada maior poder para a exploração do espaço. Com o intuito de melhorar a infraestrutura do lugar, facilitando a circulação de pessoas, criando

espaços de convivência, consumo e adequando a área para a recepção de novas atividades de entretenimento.

Sua localização privilegiada no centro da cidade, sua escala monumental, sua acessibilidade facilitada por meios de transportes e vias urbanas e seu valor histórico para a São Paulo, tornam o Vale do Anhangabaú um lugar turístico e de grande valor para a dinâmica urbana da cidade, assim, sendo inserido na tendência mundial de transformar o patrimônio em um produto econômico conforme apontado pela historiadora Françoise Choay (Cruz, 2012, p.97).

A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar – tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais. (Luchiari, 2005, pp. 95-105 apud Cruz, 2012, p.97).

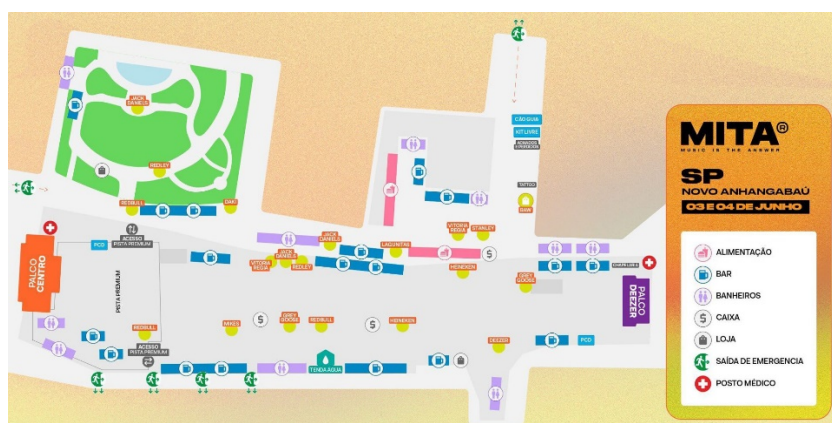
Segundo Carlos (2007), a redefinição dos lugares através das mudanças de suas formas urbanas, redefinem o uso da cidade à sua condição de mercadoria, revelando a tendência que submete o cidadão como mero usuário/consumidor de serviços na cidade e marcando a passagem do processo de consumo no espaço ao consumo do espaço. A mercantilização do espaço público no contexto do Vale do Anhangabaú em São Paulo exemplifica a transformação de áreas urbanas em mercadorias que geram lucro. Desde o início de sua concessão uma série de eventos privados foram realizados no local, limitando o acesso apenas a pagantes, como por exemplo o festival de música internacional MITA (*Music Is the Answer*) nos dias 03 e 04 de junho de 2023, que trouxe nomes da música mundialmente conhecidos para cantar em palcos espalhados ao longo da extensão do Vale.

O evento teve duração de dois dias, porém toda a extensão do Vale do Anhangabaú foi fechada com dias de antecedência para a montagem de toda a estrutura do festival. Durante o período de montagem de estrutura e nos dias do evento, toda a extensão do Vale do Anhangabaú foi fechada, sob forte esquema de segurança, contando com policiamento e tapumes que cercavam todo o perímetro do espaço, limitando-o apenas para pagantes.



Figura 38 - Vista aérea do Festival MITA no Vale do Anhangabaú.

Fonte: <https://www.novoanhangabau.com.br/blog/servico-mita-festival>



Mapa 6 - Mapa do Festival MITA no Vale do Anhangabaú

Fonte: <https://www.eventim.com.br/artist/mita-00/>



Figura 39 - *Lineup* do Festival MITA no Vale do Anhangabaú.

Fonte: <https://www.eventim.com.br/artist/mita-00/>

Segundo dados revelados pela revista Exame, o evento levou para o Vale do Anhangabaú 55 mil pessoas (30 mil no dia 03/06 e 25 mil no dia 04/06). O evento contou com um grande número de marcas patrocinadoras que expuseram seus produtos ao longo da extensão do Vale (que foi totalmente utilizada conforme no mapa 2). Além do grande número de pessoas que desembolsaram um alto valor para usufruírem do festival no espaço do Vale do Anhangabaú, (conforme a figura 11) um outro grande número de pessoas se reuniu atrás dos tapumes para assistirem (ou escutarem) os shows, entre o principal motivo estava o alto valor dos ingressos vendidos.

VALORES POR DIA:			
PISTA LOTE 1	MEIA R\$ 350,00	SOCIAL R\$ 385,00	INTEIRA R\$ 700,00
PISTA LOTE 2	MEIA R\$ 425,00	SOCIAL R\$ 467,50	INTEIRA R\$ 850,00
PISTA PREMIUM LOTE 1	MEIA R\$ 750,00	SOCIAL R\$ 825,00	INTEIRA R\$ 1.500,00
PISTA PREMIUM LOTE 2	MEIA R\$ 995,00	SOCIAL R\$ 1.094,00	INTEIRA R\$ 1.990,00

Figura 40- Valores do Ingressos do Festival MITA.

Fonte: <https://www.eventim.com.br/artist/mita-00/>



Figura 41 - Público acompanhando o festival MITA do lado de fora

Fonte: <https://rollingstone.com.br/noticia/mita-festival-publico-ve-shows-do-lado-de-fora-do-vale-da-anhangabau/>

O festival MITA escancarou as consequências da reprodução do Vale do Anhangabaú como negócio, uma vez que foi altamente excludente para as populações com menor poder aquisitivo, mesmo ocorrendo em um local que foi, em maior parte do seu tempo, público e de livre acesso para todos os públicos.

Segundo Tina (2022), a reprodução do espaço como mercadoria se anuncia como uma tragédia global, promovendo, segundo Smith (20026) a gentrificação generalizada. Diferente do conceito em sua concepção original apontado por Ruth

Glass, o processo de gentrificação generalizada engloba outras características do conceito tradicional.

Enquanto para Glass a gentrificação era uma curiosidade marginal do mercado residencial de Islington [na Inglaterra], um esporte urbano pitoresco de iniciativa de classes médias “evoluídas”, que não tinham receio de “encostar” nas massas populares no final do século XX [...]. Enquanto para a autora o ator central era representado pelos novos moradores de classe média e média alta, um terço de século mais tarde os agentes do renascimento urbano estão ligados ao Estado e às empresas, ou participam de uma parceria público-privada. [...] O que era fruto do acaso agora é sistemático (Neil Smith, 2006, p.61-62)

Neste sentido, há uma mudança simbólica no conceito de gentrificação. Se no início a mesma se dava através da intervenção mínima do Estado para sua ocorrência, agora ela ocorre por meio das políticas promovidas pelo mesmo Estado, caracterizada pela intensificação da parceria entre o capital privado e os governos locais. É exatamente o processo que vimos no decorrer dessa pesquisa sobre o Vale do Anhangabaú.

Conforme Alves (2011, p. 111) a gentrificação, “para além da moradia, pode indicar a ocupação cultural dos espaços, com a expulsão – ou ao menos a tentativa de – das populações de menor poder aquisitivo das áreas que concentram os equipamentos culturais”. Ribeiro (2016) afirma que uma das “novas formas de gentrificação” é exposta pela “gentrificação dos espaços públicos”, a qual

[...] se refere às transformações do espaço público que, uma vez reestruturados urbanística e arquitetonicamente, bem como alvo de novas normas de usos explícitas ou implícitas, acabam contribuindo para a exclusão de seus frequentadores habituais e sua substituição por grupos com maior poder econômico (Ribeiro, 2016, p.17).

O contexto contemporâneo do capitalismo, caracterizado pela reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto indispensável para a perpetuação e acumulação do capital (Carlos, 2015), evidencia a articulação estratégica entre o setor privado e o poder público municipal. Essa parceria, materializada em projetos urbanísticos de requalificação e revitalização, visa à revalorização econômica e social de áreas centrais consideradas degradadas ou desvalorizadas. Contudo, tal dinâmica

tende a expandir os processos de gentrificação para outros setores da cidade. Nesse sentido, Smith (2006, p. 79) aponta que

Enquanto a gentrificação esporádica se limitou a nichos estritos do mercado da habitação, e o processo de consolidação da segunda onda provocou transformações sociais numa rede mais ampla de reestruturação urbana, a terceira onda – que data de meados dos anos noventa – transformou o processo de dentro para fora. Mais que edifícios reabilitados e apartamentos reformados, a gentrificação abrange cada vez mais os novos restaurantes e as vias comerciais do centro, [...] os museus das grandes fundações, os locais turísticos de todo, o tipo, os complexos culturais, em resumo, todo um leque de grandes operações na paisagem das áreas centrais. [...] Essa renovação representa a gentrificação da cidade como uma conquista altamente integrada do espaço urbano, na qual o componente residencial não pode ser dissociado das transformações das paisagens do emprego, lazer e do consumo (Smith, 2006, p. 72)

Por fim, mediante o exposto ao longo deste trabalho, fica evidente a reprodução do Vale do Anhangabaú como um negócio que beneficia, acima de tudo, o poder privado, que detém o controle de uso e exploração da área. Assim promovendo um processo de gentrificação para além dos limites imobiliários, fazendo distinção, entre a quem se destinam as atividades e os eventos que ocorrem no lugar. Para este estudo, usamos como exemplo o Festival MITA, mas é possível notar que, com certa frequência, o Vale segue sendo fechado para a realização de outros eventos de cunho privado.

No ano de 2023 o Vale do Anhangabaú foi fechado 3 vezes para abrigar grandes festivais de música. Além do já citado MITA Festival, o local também recebeu o festival de música eletrônica Ultra Brasil e o Festival Knolfest, voltado para o rock. Todos os eventos citados foram organizados pela produtora 30er. Já no ano de 2024, a agenda é repleta de eventos privados voltados à música eletrônica como os festivais Essence, Time Wrap e o Ultra Brasil, além de festivais voltados a artistas brasileiros, como o festival Melhor Dia, todos com ingressos superando o valor de R\$ 150,00.

É importante ressaltar que, além da agenda de eventos privados que ocorrem dentro do perímetro do Vale do Anhangabaú, o local também conta com uma agenda semanal de atividades de recreação gratuita para a população, como aulas de skate, danças e encontros temáticos. Importante destacar também que, mesmo com a

agenda de atividades gratuitas, as mesmas acabam sendo comprometidas com a realização dos eventos privados, uma vez que para que estes ocorram no Vale, é necessário que o local seja fechado dias antes da realização do evento, comprometendo, assim, as demais atividades. Tal fato revela as contradições impostas no local que, apesar de ser aberto ao público, quando é de interesse privado o local se fecha para os demais, colocando, assim, os interesses privados acima dos da população que frequenta o local com frequência e usufrui das atividades disponibilizadas

De acordo com Siqueira (2017, p. 397), “em um contexto de expansão do urbanismo neoliberal, a gentrificação tem sido associada com a mudança do gerenciamento para o empresariamento urbano (Harvey, 1989c), transformando-se em uma “parte ativa das políticas públicas” (Lees e Ley, 2008, p. 2379)”. No entanto, para Tina (2022) o termo gentrificação não é utilizado em leis ou documentos oficiais, o que nos parece óbvio. Diante disso, acaba sendo substituído pelos termos revitalização, regeneração, reurbanização etc. com o intuito de despolitizar a questão da elitização socioeconômica e expulsão de grupos vulneráveis.

Assim, podemos dizer que a requalificação do Vale do Anhangabaú tem como objetivo não somente a revalorização imobiliária das áreas centrais da cidade de São Paulo, como também, segundo Tina (2019) a sua revalorização social que implica na atração da população de maior poder aquisitivo, processo denominado de gentrificação. Mas para além do seu objetivo habitacional, uma gentrificação levando em conta a mudança dos frequentadores do espaço, ditando os padrões de consumo e os usos do local.

O Vale do Anhangabaú é um pilar central para entender o urbanismo neoliberal e o desencadeamento de suas ações na cidade de São Paulo, sobretudo na região central que, por anos foi e segue sendo marcada pelas mudanças políticas e econômicas vigentes. Ao se tratar de um acontecimento historicamente recente, ainda não é possível mensurar com exatidão as consequências advindas da concessão do Vale do Anhangabaú, os eventos privados seguem sendo apenas um exemplo, ou talvez a ponta do iceberg, do que pode se desencadear por meio das políticas neoliberais lançadas no coração da maior metrópole da América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vale do Anhangabaú, localizado no centro da cidade de São Paulo, possui, desde sua fundação, um papel crucial para o estabelecimento e desenvolvimento da cidade. Tal importância se mostrou cada vez mais clara com o passar dos anos, a começar a partir da urbanização de São Paulo e com o estabelecimento das indústrias na cidade.

Em mais de 100 anos desde sua fundação, o Vale passou várias mudanças em sua fisionomia e sua forma de uso, todas elas condizentes com os contextos de suas épocas. A começar pelas primeiras ocupações as margens do Anhangabaú com plantações de chá; o Parque Anhangabaú de Bouvard com seu desenho sinuoso e jardins para benefício da elite cafeeira de São Paulo; o Plano de Avenidas que foi responsável por apagar qualquer indício da existência do parque ao transformar o Vale do Anhangabaú em uma grande avenida; e, por fim, a retomada do Vale como um parque urbano através projeto de Jorge Wilhelm, Rosa Kliass com a construção de uma grande laje por cima da avenida. Todas as reformulações no Vale evidenciaram, ao longo dos anos os interesses do capital vigentes em cada época.

Diante do plano de requalificação e concessão para a iniciativa privada, o presente trabalho buscou elucidar alguns pontos centrais envolvidos na concessão do espaço público e as consequências desse espaço, desta vez, sendo reproduzido como um negócio, buscando, acima de tudo o lucro para quem o administra, fato exemplificado pelo festival MITA (*Music Is the Answer*) que aconteceu no Vale no ano de 2023 já com previsões de uma nova versão para 2025, segundo a organização do próprio festival.

Neste sentido, podemos observar que ao reproduzir um espaço que, outrora público, como um negócio, o mesmo passa por um processo de gentrificação, como exposto ao decorrer do trabalho, não só a gentrificação no tocante a especulação imobiliária, como também um processo excludente para os frequentadores do local, uma vez que os mesmos passam a ser excluídos das programações e eventos que ali ocorrem.

Além disso, podemos notar durante o exposto o papel do poder público diante dos planos de concessão da área em estudo. Sendo este responsável pelas obras de readequação, assumindo grande parte dos custos, promovendo palestras e

workshops a fim de escutar a população que usufrui do espaço cotidianamente (fato questionável por muitos) e, também promovendo parcerias com instituições privadas, como foi o caso do Banco Itaú, doador do projeto urbanístico do Vale. Segundo Lefebvre:

Ora o Estado, ora a empresa, ora os dois (rivals, concorrentes, mas que muitas vezes associam) tendem a se apoderar das funções, atributos, prerrogativas da sociedade urbana. Em certos países capitalistas, o que é que a empresa “privada” deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos “públicos” a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso? (LEFEBVRE, 2001, p. 84)

Apesar da promoção de eventos gratuitos voltados a população geral, a agenda de eventos privados ainda ocupa um papel de destaque nas atividades do Vale do Anhangabaú. Além dos valores praticados pelos eventos, evidenciando para quem são destinados, os mesmos são responsáveis pela interdição do perímetro do vale (total ou parcialmente) para que suas estruturas sejam montadas, prejudicando, assim, as programações semanais e gratuitas, evidenciado, assim, um conflito de interesses pelo uso do local.

A reprodução do espaço como um negócio entra em conflito direto com a produção do espaço enquanto construção humana, social e histórica. Uma vez que ao mercantilizar o espaço, as dinâmicas do capital introduzem novas formas de uso e funções para o espaço reduzindo drasticamente as possibilidades de uso e de apropriação do espaço urbano. Para Tina (2022), ao redirecionar seus investimentos para uma parcela do espaço urbano, o Estado aprofunda e cria novas contradições, marcadas pela intensificação das segregações socioespaciais e expulsão das populações vulneráveis.

Por se tratar de um projeto recente e, de certa forma, ainda em implantação, não é possível mensurar os ganhos e perdas advindos do estabelecimento das políticas de concessão no Vale do Anhangabaú. Cabe, ao passar dos anos, a realização de novas pesquisas e trabalhos de campo para entendermos melhor as dinâmicas de qualificação e mercantilização do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TINA, Daniela Yukimi. A reprodução do espaço do Vale do Anhangabaú comonegocio / Daniela Yukimi Tina; orientador Isabel Aparecida Pinto Alvarez - São Paulo, 2022.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.* 4ª edição, São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano, novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2007.

HERENÚ, Pablo Emilio Robert. Sentidos do Anhangabaú, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008.

MALATESTA, Meli. Caminhar pelo Anhangabaú: uma breve história do Vale a partir de quem anda a pé, 06 Set 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/946770/caminhar-pelo-anhangabau-uma-breve-historia-do-vale-a-partir-de-quem-anda-a-pe>> Acessado em: 22/09/2024.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, 14 de outubro de 2000.

ARQUITETURA DA GENTRIFICAÇÃO (AG). Como o banco Itaú, com aval da prefeitura, pretende redefinir o uso do centro de SP. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/>

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. Refuncionalização do Vale do Anhangabaú. São Paulo, 2005.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, Isabela Cristina. A cidade de São Paulo e seus rios: uma história repleta de paradoxos », Confins, N.27, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10884>> Acesso em: 22/09/2024.

OTERO, Guido. Novo Anhangabaú: apagamento e elitização custando caro aos cofres públicos. Labcidade, FAU-USP. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/novo-anhangabau-apagamento-e-elitizacao-custando-caros-cofres-publicos/>> Acessado em: 27 de fev. de 2021.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce. Políticas Urbanas para o centro de São Paulo: Renovação ou Reabilitação? Avaliação das propostas da Prefeitura do Município de São Paulo de 1970 a 2004. Pós, v.16, n.25, 2009.

PETRONE, Pasquale. As Indústrias Paulistanas e os Fatores de sua Expansão, Boletim Paulista de Geografia, N°14, julho de 1953.

SANTIAGO, T. Prefeitura de SP anuncia início da reurbanização do Anhangabaú e diz que pretende conceder área à iniciativa privada. Globo, São Paulo, 10 de jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/10/prefeitura-de-sp-anuncia-inicio-da-reurbanizacao-do-anhangabau-e-diz-que-pretende-conceder-area-a-iniciativa-privada.ghtml>> Acesso em: 28/10/2024.

Sousa, Tatiana Elizabeth Domingos de. Vale Do Anhangabaú: Um Estudo Sobre O Espaço Construído E Reconstruído – Campinas, 2018

PMSP. Programa de Metas da cidade de São Paulo 2013-2016: um convite ao planejamento urbano participativo (Versão final). Prefeitura Municipal de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/gestao/programa_de_metas/index.php?p=149999> Acesso em: 28/10/2024

SP URBANISMO; GEHL ARCHITECTS. Centro, Diálogo Aberto. Seminário Centro, Diálogo Aberto. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMDU) – Prefeitura Municipal de São Paulo; SP-Urbanismo, 17 a 19 de abr. de 2013a.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, C. (ed.), De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

MAMIGONIAN, Armen. O Processo de Industrialização de São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, N° 50, março de 1976.

MATOS, Odilson Nogueira de. A cidade de São Paulo no século XIX, Sociedade de Estudos Históricos, Revista de História v. 10 n. 21-22, junho de 1955.

EVETIM. Festival MITA 2023. São Paulo. Disponível em: <https://www.eventim.com.br/artist/mita-00/>. Acesso em: 29/10/24